

VIBRA

Informações
Trimestrais - ITR
Vibra Energia S.A.
Em 31 de março de 2026



SUMÁRIO

Balanços patrimoniais individuais e consolidados.....	2
Demonstrações do resultado individuais e consolidadas.....	3
Demonstrações de resultados abrangentes individuais e consolidadas.....	4
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas.....	5
Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas.....	6
Demonstrações do valor adicionado individuais e consolidados.....	7
1 Considerações gerais	8
2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis intermediárias	8
3 Uso de estimativas e julgamentos	9
4 Políticas contábeis materiais	9
5 Caixa e equivalentes de caixa	9
6 Caixa e aplicações restritas.....	9
7 Contas a receber, líquidas.....	10
8 Estoques.....	11
9 Bonificações antecipadas concedidas a clientes	12
10 Ativos não circulantes mantidos para venda.....	12
11 Investimentos diretos	14
12 Imobilizado	16
13 Intangível	18
14 Fornecedores	19
15 Financiamento de fornecimento de produtos.....	19
16 Empréstimos e financiamentos	20
17 Arrendamentos.....	24
18 Tributos.....	27
19 Salário, férias, encargos, prêmios e incentivos.....	30
20 Benefícios concedidos a empregados.....	34
21 Provisão para Crédito de Descarbonização (CBIO)	39
22 Patrimônio líquido	39
23 Receita de vendas	40
24 Custo e despesas por natureza.....	41
25 Resultado financeiro, líquido	43
26 Informações por segmento.....	43
27 Processos judiciais, administrativos, depósitos judiciais e contingências.....	48
28 Compromissos contratuais	58
29 Instrumentos financeiros.....	59
30 Gerenciamento de riscos	59
31 Partes relacionadas.....	74
32 Informações adicionais às demonstrações dos fluxos de caixa.....	78
33 Evento subsequente	79
Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras e sobre o relatório dos auditores.....	81
Membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva.....	82
Relatório dos auditores independentes.....	84

Vibra Energia S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhões de reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora		Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025			31.03.2026	31.12.2025		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.107	3.647	2.109	1.740	Fornecedores	14	5.925	5.013	3.914	4.199
Caixa e aplicações restritas	6	72	26	-	-	Financiamento de fornecimento de produtos	15	738	-	738	-
Debêntures	29	18	12	-	-	Empréstimos e financiamentos	16	1.954	1.132	1.259	516
Contas a receber, líquidas	7	7.477	6.838	6.313	5.587	Arrendamentos	17	109	103	190	185
Estoques	8	6.453	5.891	5.974	5.819	Adiantamentos de clientes	23.1	614	486	589	437
Adiantamentos a fornecedores		556	587	543	575	Imposto de renda e contribuição social		505	315	431	273
Imposto de renda e contribuição social		116	90	29	30	Impostos e contribuições a recolher	18.1	280	251	249	224
Impostos e contribuições a recuperar	18.1	2.520	2.360	2.475	2.339	Dividendos e Juros sobre o capital próprio	22	1.148	1.111	1.147	1.110
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	9	481	494	458	470	Salários, férias, encargos, prêmios e incentivos	19	329	415	257	315
Despesas antecipadas		141	111	127	97	Planos de pensão e saúde	20	153	153	153	153
Instrumentos financeiros derivativos	29	2.289	2.358	143	123	Instrumentos financeiros derivativos	29	2.352	2.376	71	20
Ativos não circulantes mantidos para venda	10	11	219	11	219	Provisão para Créditos de Descarbonização	21	19	36	19	36
Outros ativos circulantes		588	280	172	66	Credores por aquisição de participações societárias	29	58	72	-	-
		25.829	22.913	18.354	17.065	Outras contas e despesas a pagar		416	308	278	239
								14.600	11.771	9.295	7.707
Não circulante						Não circulante					
Realizável a longo prazo						Empréstimos e financiamentos	16	20.425	21.233	14.861	15.641
Caixa e aplicações restritas	6	112	110	-	-	Arrendamentos	17	771	748	608	621
Debêntures	29	360	351	-	-	Incentivos de longo prazo	19.2	87	76	74	51
Contas a receber, líquidas	7	976	945	1.022	971	Planos de pensão e saúde	20	1.245	1.267	1.245	1.267
Depósitos judiciais	27.2	1.332	1.298	1.325	1.292	Instrumentos financeiros derivativos	29	3.598	3.470	481	289
Impostos e contribuições a recuperar	18.1	7.404	6.944	7.383	6.929	Outros impostos diferidos		5	9	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.3	2.820	2.749	2.533	2.537	Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.3	221	209	-	-
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	9	801	830	801	830	Provisão para processos judiciais e administrativos	27	1.232	1.250	1.214	1.228
Despesas antecipadas		25	29	25	29	Credores por aquisição de participações societárias	29	10	10	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	29	3.335	3.525	-	42	Outras contas e despesas a pagar		190	179	321	321
Outros ativos realizáveis a longo prazo		185	214	66	90			27.784	28.451	18.804	19.418
		17.350	16.995	13.155	12.720			42.384	40.222	28.099	27.125
Investimentos	11	1.453	1.480	9.935	9.627	Patrimônio líquido	22				
Imobilizado	12	15.262	15.319	7.330	7.334	Capital social realizado		12.051	12.051	12.051	12.051
Intangível	13	4.331	4.256	1.054	986	Ações em tesouraria		(122)	(122)	(122)	(122)
		38.396	38.050	31.474	30.667	Reserva de capital		146	139	146	139
		64.225	60.963	49.828	47.732	Reservas de lucros		11.457	10.233	11.457	10.233
						Ajustes de avaliação patrimonial		(1.803)	(1.694)	(1.803)	(1.694)
						Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		21.729	20.607	21.729	20.607
						Participação de acionistas não controladores		112	134	-	-
								21.841	20.741	21.729	20.607
								64.225	60.963	49.828	47.732

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Vibra Energia S.A.
 Demonstrações do resultado
 Períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025
 (Em milhões de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Período de três meses findos em 31 de março de		Período de três meses findos em 31 de março de	
		2026	2025	2026	2025
Receita de vendas de produtos e serviços prestados	23	48.100	44.906	43.986	42.914
Marcação a mercado		(96)	(47)	-	-
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	24.1	(44.925)	(42.519)	(41.139)	(40.788)
Lucro bruto		3.079	2.340	2.847	2.126
Despesas operacionais					
Vendas	24.2	(753)	(742)	(755)	(744)
Perdas de crédito esperadas		(31)	(14)	(30)	(6)
Gerais e administrativas	24.3	(363)	(359)	(211)	(206)
Tributárias		(59)	(34)	(56)	(34)
Outras receitas (despesas), líquidas	24.4	775	314	806	304
		(431)	(835)	(246)	(686)
Lucro antes do resultado financeiro, participação e impostos		2.648	1.505	2.601	1.440
Financeiras	25				
Despesas		(681)	(716)	(537)	(464)
Receitas		194	313	116	234
Variações cambiais e monetárias, líquidas		(94)	(268)	(20)	142
		(581)	(671)	(441)	(88)
Resultado de participações em investimentos	11	(7)	29	(85)	(470)
Lucro antes dos impostos		2.060	863	2.075	882
Imposto de renda e contribuição social	18.3				
Corrente		(515)	(189)	(445)	(148)
Diferido		68	(73)	(13)	(119)
		(447)	(262)	(458)	(267)
Lucro líquido do período		1.613	601	1.617	615
Participação atribuída aos acionistas controladores		1.617	615	1.617	615
Participação atribuída aos acionistas não controladores		(4)	(14)	-	-
Resultado por ação básico - R\$	22.4	1,3491	0,5518	1,3491	0,5518
Resultado por ação diluído - R\$	22.4	1,3406	0,5498	1,3406	0,5498

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Vibra Energia S.A.
 Demonstrações de resultados abrangentes
 Períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025
 (Em milhões de reais)

	Consolidado		Controladora	
	Período de três meses findos em 31 de março de		Período de três meses findos em 31 de março de	
	2026	2025	2026	2025
Lucro líquido do período	1.613	601	1.617	615
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados para o resultado				
Plano de saúde				
Perdas atuariais	(20)	-	(20)	-
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado				
Ajustes de conversão	(20)	(29)	(20)	(29)
Resultados não realizados em instrumentos financeiros	-	4	-	4
Resultados não realizados com hedge accounting				
Resultados não realizados com hedge accounting	(79)	-	(79)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	10	-
	(69)	-	(69)	-
Resultado abrangente do período	1.504	576	1.508	590
Participação atribuída aos acionistas controladores	1.508	590	1.508	590
Participação atribuída aos acionistas não controladores	(4)	(14)	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Vibra Energia S.A.
 Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
 Períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025
 (Em milhões de reais)

	Consolidado											Controladora	
	Capital social subscrito e integralizado	Reservas de Capital / Transações de Capital e Opções outorgadas	Reservas de lucros						Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
		Ações em Tesouraria	Incentivos fiscais	Legal	Estatutária	Retenção de lucros							
Em 31 de dezembro de 2024	10.034	92	(105)	195	319	-	10.932	33	-	(1.115)	-	20.385	20.385
Combinação de negócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	490	490	-
Opções outorgadas	-	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12	12
Aquisição / Venda de participação acionária	-	(110)	-	-	-	-	-	-	-	-	(29)	(139)	(110)
Transação de capital reflexa	-	30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30	30
Ajustes de conversão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(29)	-	(29)	(29)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	615	-	(14)	601	615
Ganhos ou Perdas não realizados em instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	4	4
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(350)	-	-	(350)	(350)
Em 31 de março de 2025	10.034	24	(105)	195	319	-	10.932	33	265	(1.140)	447	21.004	20.557
Em 31 de dezembro de 2025	12.051	139	(122)	196	100	-	9.937	-	-	(1.694)	134	20.741	20.607
Opções outorgadas	-	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12	12
Aquisição / Venda de participação acionária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(18)	(18)	-
Transação de capital reflexa	-	(5)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5)	(5)
Ajustes de conversão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(20)	-	(20)	(20)
Perdas atuariais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(20)	-	(20)	(20)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	1.617	-	(4)	1.613	1.617
Ganhos e perdas não realizadas - hedge accounting	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(69)	-	(69)	(69)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(393)	-	-	(393)	(393)
Em 31 de março de 2026	12.051	146	(122)	196	100	-	9.937	-	1.224	(1.803)	112	21.841	21.729

Vibra Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhões de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Período de três meses findos em 31 de março de		Período de três meses findos em 31 de março de	
		2026	2025	2026	2025
Atividade operacional					
Lucro líquido do período		1.613	601	1.617	615
Ajustes:					
Imposto de renda e contribuição social	18.3	447	262	458	267
Depreciação e amortização	24	289	242	150	131
Resultado com alienação / baixas de ativos		(14)	(40)	(16)	(37)
Perdas de crédito esperadas, líquidas de reversão	7	42	29	41	21
Resultado de participações em investimentos		7	(29)	85	470
Apropriação/baixas das bonificações antecipadas concedidas a clientes	9	145	171	143	169
Apropriação de seguros, aluguéis e outros		40	38	29	31
Juros, variações cambiais e monetárias, líquidas		260	(19)	91	(263)
Resultado valor justo instrumentos financeiros derivativos		440	903	324	470
Despesa com planos de pensão e saúde	20	39	27	39	27
Provisão para processos judiciais e administrativos, líquida de reversão	24.4	17	58	21	57
Valor justo investimento mantido para venda	10	(50)	-	(50)	-
Provisão para Créditos de Descarbonização (CBIOS)	24.4	70	146	70	146
Créditos de ICMS - Fim da definitividade - Substituição Tributária	24.4	(4)	3	(4)	3
Créditos de PIS COFINS		-	(398)	-	(398)
Crédito de IPI sobre produtos imunes		(807)	-	(807)	-
Provisão de prêmios e incentivos		88	72	85	51
Outros ajustes		132	-	156	(6)
Redução (aumento) de ativos e aumento (redução) de passivos					
Contas a receber		(461)	(497)	(566)	(464)
Estoques		(606)	(432)	(154)	(383)
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	9	(103)	(132)	(102)	(130)
Despesas antecipadas		(66)	(55)	(56)	(47)
Depósitos Judiciais		(19)	(13)	(19)	(13)
Aquisição de Créditos de Descarbonização (CBIOS)		(81)	(165)	(81)	(165)
Fornecedores		1.666	305	468	228
Imposto de renda e contribuição social pagos		(38)	(29)	-	-
Impostos, taxas e contribuições		(117)	37	(71)	109
Planos de pensão e de saúde		(81)	(72)	(81)	(72)
Pagamento de prêmios e incentivos		(182)	(218)	(132)	(169)
Pagamentos de processos judiciais e administrativos		(31)	(12)	(31)	(12)
Adiantamentos de clientes		131	142	152	139
Adiantamentos a fornecedores		32	12	32	(58)
Outros ativos e passivos, líquidos		(157)	8	(54)	38
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		2.641	945	1.737	755
Atividades de investimentos					
Desembolsos por aquisições de imobilizados e intangíveis		(225)	(458)	(166)	(290)
Desembolsos por aquisições/aportes de participações societárias	11	(19)	(191)	(418)	(5.694)
Recebimentos pela venda de ativos		44	122	43	122
Investimentos em TVM		-	35	-	-
Dividendos recebidos		9	6	6	12
Recebimentos de empréstimos concedidos		56	22	29	-
Mútuos concedidos		(23)	(103)	-	(7)
Ressarcimento de preço de compra Energea		4	-	-	-
Redução de capital em participações societárias		3	-	-	-
Aquisição de controlada, líquido do caixa adquirido no consolidado		(23)	(2.812)	-	-
Caixa líquido utilizado pelas atividades de investimentos		(174)	(3.379)	(506)	(5.857)
Atividades de financiamentos					
Financiamentos					
Captações	16.1	-	1.446	-	1.444
Amortizações de principal	16.1	(111)	(3.371)	-	(2.086)
Amortizações de juros	16.1	(337)	(179)	(302)	(110)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	22.3	(321)	(478)	(321)	(478)
Arrendamentos					
Pagamentos de principal	17.2	(32)	(22)	(79)	(121)
Pagamentos de juros	17.2	(19)	(10)	(13)	(9)
Depósitos e aplicações restritas	6	(186)	(61)	-	-
Resgate depósitos e aplicações restritas	6	140	12	-	-
Contratos de swaps vinculados a operações de empréstimos					
Pagamentos de ajustes em contratos		(139)	(134)	(139)	(128)
Recebimentos de ajustes em contratos		24	293	-	293
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos		(981)	(2.504)	(854)	(1.195)
Efeito de variação cambial sobre caixas e equivalentes de Caixa		(26)	(69)	(8)	-
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa no período		1.460	(5.007)	369	(6.297)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		3.647	10.480	1.740	9.316
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		5.107	5.473	2.109	3.019

Vibra Energia S.A.
 Demonstrações do valor adicionado
 Períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025
 (Em milhões de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Período de três meses findos em 31 de março de		Período de três meses findos em 31 de março de	
		2026	2025	2026	2025
Receitas					
Vendas de produtos e serviços e outras receitas		49.772	46.738	45.244	44.462
Perdas de crédito esperadas, líquidas de reversão	7	(42)	(29)	(41)	(21)
Marcação a mercado de instrumentos financeiros derivativos		(129)	(47)	-	-
Receitas relativas à construção de ativos para uso		186	240	141	239
		49.787	46.902	45.344	44.680
Insumos adquiridos de terceiros					
Custo dos Produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		44.869	42.484	41.064	40.729
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		931	1.089	801	1.055
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos		1.138	1.208	1.138	1.208
		46.938	44.781	43.003	42.992
Valor adicionado bruto		2.849	2.121	2.341	1.688
Retenções					
Depreciação e amortização	24	289	242	150	131
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		2.560	1.879	2.191	1.557
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de participações em investimentos	11	(7)	29	(85)	(469)
Receitas financeiras - inclui variações monetárias e cambiais		505	540	328	465
Aluguéis e royalties	24.4	128	115	128	115
		626	684	371	111
Valor adicionado a distribuir		3.186	2.563	2.562	1.668
Pessoal e administradores					
Remuneração direta					
Salários		201	168	149	144
Prêmios por desempenho e outros incentivos		65	62	64	50
		266	230	213	194
Benefícios					
Vantagens		37	34	30	29
Plano de aposentadoria e pensão		46	34	46	34
Plano de saúde		25	20	21	17
		108	88	97	80
FGTS		22	21	18	18
		396	339	328	292
Tributos					
Federais		(304)	172	(475)	13
Estaduais		290	156	249	128
Municipais		13	14	9	9
Exterior		24	-	-	-
		23	342	(217)	150
Instituições financeiras e fornecedores					
Juros, variações cambiais e monetárias		1.088	1.217	769	554
Aluguéis / arrendamentos		66	64	65	57
		1.154	1.281	834	611
Acionistas					
Juros sobre capital próprio		393	350	393	350
Participação de acionistas não controladores		(4)	(14)	-	-
Lucros retidos		1.224	265	1.224	265
		1.613	601	1.617	615
Valor adicionado distribuído		3.186	2.563	2.562	1.668

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

1 Considerações gerais

1.1 Contexto operacional

A Vibra Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto e constituída em 12 de novembro de 1971 sob o nome Petrobras Distribuidora S.A.. Suas ações são negociadas no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, sob o código VBBR3, e no mercado de balcão de Nova Iorque, Estados Unidos, através do *American Depositary Receipt* (ADR) denominado “VBREY”, cuja negociação teve início em abril de 2025.

A Vibra Energia S.A., cuja sede social está localizada no município do Rio de Janeiro – RJ, tem por objeto social a distribuição, o transporte, o comércio, o beneficiamento e a industrialização de derivados de petróleo e de outros combustíveis, a produção, o transporte, a distribuição e a comercialização de todas as formas de energia e de produtos químicos, a prestação de serviços correlatos e a importação e a exportação relacionadas com os produtos e atividades citados. Por meio da controlada Comerc Energia S.A., atua na comercialização de energia elétrica, serviços de gestão do consumo de energia, dentre outros serviços correlatos.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis intermediárias

As demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil para demonstrações intermediárias (Pronunciamento Técnico - CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária), e com o IAS 34 - Demonstração Intermediária emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Essas demonstrações contábeis intermediárias são apresentadas com as alterações relevantes ocorridas no período, sem a repetição de determinadas notas explicativas previamente divulgadas. Portanto, tais demonstrações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, que contemplam o conjunto completo de notas explicativas.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 06 de maio de 2026, autorizou a divulgação destas demonstrações contábeis intermediárias.

2.1 Demonstração do valor adicionado

A legislação societária brasileira exige para as companhias abertas a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado – DVA e sua divulgação como parte integrante do conjunto das demonstrações financeiras. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09(R1) - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Resolução CVM 199/24. As IFRS não exigem a apresentação dessa demonstração que, portanto, é divulgada como informação adicional.

Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

2.2 Base de mensuração

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi considerado o custo histórico como base de valor, com exceção de instrumentos financeiros avaliados ao valor justo por meio do resultado e de outros resultados abrangentes, de investimento societário mantido para venda mensurado pelo seu valor justo e do passivo atuarial de benefício definido, reconhecido pelo valor presente das obrigações deduzido do valor justo dos ativos do plano.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

3 Uso de estimativas e julgamentos

Ao preparar essas demonstrações contábeis intermediárias, a administração fez julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem ser diferentes dessas estimativas.

Os julgamentos significativos feitos pela administração na aplicação das políticas contábeis e as principais fontes de incerteza de estimativa foram as mesmas que as aplicadas e evidenciadas na nota 3 das demonstrações financeiras consolidadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

4 Políticas contábeis materiais

As práticas contábeis e os métodos de cálculo utilizados na preparação dessas demonstrações contábeis intermediárias são os mesmos adotados na preparação das demonstrações financeiras anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Caixa e bancos	1.788	824	256	200
Aplicações financeiras				
No país	3.219	2.402	1.754	1.120
No exterior	100	421	99	420
Total	5.107	3.647	2.109	1.740

As aplicações financeiras correspondem a (i) Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e operações compromissadas emitidos por bancos de primeira linha e a (ii) fundos de investimentos no país, cujos recursos encontram-se aplicados majoritariamente em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais brasileiros. Todas as aplicações possuem liquidez imediata. As aplicações financeiras no exterior da Vibra Energia referem-se a aplicações de recursos no *overnight*, remunerados a 80% da *Interest on Reserve Balances* (IORB), equivalente a 2,92% a.a..

6 Caixa e aplicações restritas

Algumas controladas (diretas e indiretas) da Companhia possuem contas bancárias e/ou aplicações financeiras cujos saldos encontravam-se restritos em 31 de março de 2026. Os recursos financeiros encontram-se restritos temporariamente e sua utilização é vinculada ao cumprimento de obrigações contratuais, sendo mantidos retidos conforme definições de seus respectivos contratos de dívida. Eventualmente, os valores podem ser remunerados, em sua maioria, pelo Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), respeitando as definições contratuais.

Em 31 de março de 2026 os saldos registrados como caixa e aplicações restritas totalizam R\$ 184 (R\$ 72 no ativo circulante e R\$ 112 no ativo não circulante) e R\$136 em dezembro de 2025 (R\$ 26 no ativo circulante e R\$ 110 no ativo não circulante).

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

*(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)***7 Contas a receber, líquidas**

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Partes relacionadas (nota 31)	5	10	191	185
Terceiros	10.749	10.045	9.415	8.614
Total das contas a receber (nota 7.1)	10.754	10.055	9.606	8.799
Recebíveis de contratos com clientes	9.013	8.528	7.814	7.237
Outras contas a receber	1.741	1.527	1.792	1.562
Financiamentos a receber	1.397	1.421	1.534	1.562
Outros	344	106	258	-
Perdas de crédito esperadas				
Terceiros	(2.301)	(2.272)	(2.271)	(2.241)
Total das perdas de crédito esperadas	(2.301)	(2.272)	(2.271)	(2.241)
Contas a receber - líquidas	8.453	7.783	7.335	6.558
Contas a receber (circulante), líquidas	7.477	6.838	6.313	5.587
Contas a receber (não circulante), líquidas	976	945	1.022	971

	Consolidado		Controladora	
	Período de três meses findos em 31 de março de		Período de três meses findos em 31 de março de	
	2026	2025	2026	2025
Mutação das perdas de crédito esperadas				
Saldo inicial	(2.272)	(2.248)	(2.241)	(2.237)
(Adições)/Reversões, líquidas	(40)	(29)	(41)	(21)
Baixas	11	15	11	15
Combinação de negócios	-	(12)	-	-
Saldo final	(2.301)	(2.274)	(2.271)	(2.243)
Perdas de crédito esperadas (circulante)	(2.254)	(2.227)	(2.224)	(2.196)
Perdas de crédito esperadas (não circulante)	(47)	(47)	(47)	(47)

A Companhia apresenta R\$ 2.067 de contas a receber de clientes em cobrança judicial no consolidado e na controladora (R\$ 2.049 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2025). A Companhia reduz a zero a expectativa de recuperação da totalidade dos recebíveis em cobrança judicial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

7.1 Composição dos saldos de contas a receber - vencidos e a vencer

	Consolidado					
	31.03.2026			31.12.2025		
	Contas a receber bruto	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidas	Contas a receber bruto	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidas
Vencidos						
Até 3 meses	345	(16)	329	369	(25)	344
De 3 a 6 meses	83	(51)	32	68	(26)	42
De 6 a 12 meses	121	(21)	100	119	(27)	92
Acima de 12 meses	2.257	(2.197)	60	2.265	(2.179)	86
Total	2.806	(2.285)	521	2.821	(2.257)	564
A vencer	7.948	(16)	7.932	7.234	(15)	7.219
Total	10.754	(2.301)	8.453	10.055	(2.272)	7.783

	Controladora					
	31.03.2026			31.12.2025		
	Contas a receber bruto	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidas	Contas a receber bruto	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidas
Vencidos						
Até 3 meses	319	(15)	304	275	(24)	251
De 3 a 6 meses	77	(49)	28	58	(24)	34
De 6 a 12 meses	103	(16)	87	110	(16)	94
Acima de 12 meses	2.229	(2.175)	54	2.234	(2.164)	70
Total	2.728	(2.255)	473	2.677	(2.228)	449
A vencer	6.878	(16)	6.862	6.122	(13)	6.109
Total	9.606	(2.271)	7.335	8.799	(2.241)	6.558

8 Estoques

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Produtos para venda				
Derivados de petróleo				
Gasolina	1.560	1.196	1.359	1.192
Óleo diesel	2.223	1.931	1.967	1.914
Óleo combustível	114	104	114	104
Querosene de Aviação	407	412	407	412
Lubrificantes	469	450	456	448
Outros	11	139	12	104
Biocombustíveis (*)	1.093	1.095	1.093	1.095
	5.877	5.327	5.408	5.269
Produtos em trânsito (**)	174	216	172	209
Outros produtos	402	348	394	341
Total	6.453	5.891	5.974	5.819

(*) Compreendem os saldos de estoques de etanol e biodiesel.

(**) Inclui importações em andamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Não houve necessidade de reconhecimento de nenhuma provisão para redução ao valor realizável dos estoques de janeiro a março de 2026 e nem de janeiro a dezembro de 2025.

Garantias

A Companhia possui estoques dados em garantia em ações judiciais no montante de R\$ 186 em 31 de março de 2026 e de R\$ 186 em 31 de dezembro de 2025.

9 Bonificações antecipadas concedidas a clientes

Consolidado						
31.12.2024	Adições	Baixa / apropriação	31.12.2025	Adições	Baixa / apropriação	31.03.2026
1.317	618	(611)	1.324	103	(145)	1.282
Circulante			494	481		
Não Circulante			830	801		

Controladora						
31.12.2024	Adições	Baixa / apropriação	31.12.2025	Adições	Baixa / apropriação	31.03.2026
1.301	604	(605)	1.300	108	(149)	1.259
Circulante			470	458		
Não Circulante			830	801		

As bonificações antecipadas concedidas a clientes estão condicionadas a prazos e desempenhos a serem cumpridos, em especial ao consumo de volumes previstos em contratos de fornecimento (nota 22). Os contratos de bonificação judicializados que possuem saldo a amortizar são provisionados para a perda em sua totalidade.

10 Ativos não circulantes mantidos para venda

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Imobilizado	11	11	11	11
Investimentos	-	208	-	208
Total	11	219	11	219

10.1.1 Alienação da participação na Evolua

Em 8 de dezembro de 2025, a Companhia celebrou contrato para a alienação da totalidade das ações que detém no capital social da ECE S.A. ("Evolua"), sociedade originalmente constituída como um empreendimento controlado em conjunto (*joint-venture*) entre a Vibra e a Copersucar S.A. para atuar na comercialização de etanol. A participação da Companhia na Evolua correspondia a 49,99% do seu capital social. A decisão de encerrar a parceria reflete a nova dinâmica do mercado e está alinhada à estratégia da Vibra de ampliar sua flexibilidade no suprimento de etanol, além de reforçar o compromisso da Companhia com a disciplina na alocação de capital.

Nos termos do referido contrato, as ações foram adquiridas pela Copersucar S.A., acionista da Evolua que detém os restantes 50,01% do seu capital social, em 14 de abril de 2026, tendo 31 de março de 2026 como referência de data-base para fechamento da transação, ao valor de R\$ 259.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

O valor da operação consiste (i) no pagamento em dinheiro de quatro parcelas anuais de R\$ 64 cada, tendo sido a primeira parcela paga em abril de 2026 e as demais a serem corrigidas a CDI + 1% a.a. Havendo também ativos supervenientes à Companhia de 50,00% dos créditos tributários de ICMS e de PIS/COFINS, atualmente estimados em aproximadamente R\$ 30, os quais serão repassados à medida que forem monetizados.

O investimento da Vibra na Evolua foi reclassificado para mantido para venda em 31 de dezembro de 2025, tendo por base o patrimônio líquido da Evolua em 30 de outubro de 2025, data acordada pelos sócios para as negociações. O valor reclassificado foi atualizado mensalmente conforme o valor justo (preço de venda acordado entre os sócios) até a data de fechamento, nos termos definidos contratualmente entre comprador e vendedor. A atualização do valor justo produziu o reconhecimento de uma perda de R\$ 55 em 2025 e um ganho de R\$ 50 em 2026, consistindo, portanto, numa perda líquida de R\$ 5 no desinvestimento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

*(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)***11 Investimentos diretos****11.1 Mutação dos investimentos em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto**

	Controladora					31.03.2026
	31.12.2025	Aportes / adições	Resultado de participações em investimentos (a)	Ajuste de conversão	Equivalência reflexa (b)	
Controladas						
FII	23	-	6	-	-	29
Vibra Trading BV	409	-	22	(21)	-	410
Vibra Trading Importação e Exportação Ltda	260	-	27	-	-	287
Vibra Ventures	68	8	(6)	-	-	70
VBBR Conveniência	706	-	6	-	-	712
VB0224 Participações	264	-	11	-	-	275
Comerc Energia	7.855	400	(152)	-	(5)	8.098
Vibra Argentina	5	10	-	1	-	16
	9.590	418	(86)	(20)	(5)	9.897
Empreendimentos controlados em conjunto						
Demais empreendimentos Vibra (c)	37	-	1	-	-	38
	37	-	1	-	-	38
Total	9.627	418	(85)	(20)	(5)	9.935

(a) Inclui amortização de mais/menos valia.

(b) Trata-se de transações de capital ocorridas na Comerc e registradas em reserva de capital.

(c) Trata-se das SPEs Navegantes Logística Portuária S.A., Nordeste Logística I S.A., Nordeste Logística II S.A. e Nordeste Logística III S.A.

Vibra Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Controladora													
	31.12.2024	Combinação de negócios	Aportes / adições	Impairment	Resultado de participações em investimentos (a)	Dividendos	Ajuste de Conversão	Baixas	Equivalência reflexa (b)	Ganhos ou Perdas não realizados em instrumentos	Mantido para a venda	Reversão de impairment	31.12.2025
Controladas													
FII	171	-	-	-	(124)	(24)	-	-	-	-	-	-	23
Vibra Trading BV	386	-	-	-	68	-	(45)	-	-	-	-	-	409
Vibra Trading Importação e Exportação Ltda.	222	-	-	-	38	-	-	-	-	-	-	-	260
Vibra Ventures	43	-	26	-	(1)	-	-	-	-	-	-	-	68
VBBR Conveniência	684	-	-	-	32	(10)	-	-	-	-	-	-	706
VB0224 Participações	207	-	59	-	(2)	-	-	-	-	-	-	-	264
Comerc Energia	3.635	3.879	2.100	(998)	(771)	-	-	-	10	-	-	-	7.855
Vibra Argentina	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5
	5.348	3.879	2.190	(998)	(760)	(34)	(45)	-	10	-	-	-	9.590
Empreendimentos controlados em conjunto													
Evolva	237	-	-	-	70	(42)	-	-	-	(1)	(264)	-	-
Zeg Biogás e Energia (c)	-	-	42	-	-	-	-	(404)	-	-	-	362	-
Demais empreendimentos Vibra (d)	49	-	-	-	(12)	-	-	-	-	-	-	-	37
	286	-	42	-	58	(42)	-	(404)	-	(1)	(264)	362	37
Total	5.634	3.879	2.232	(998)	(702)	(76)	(45)	(404)	10	(1)	(264)	362	9.627

(a) Inclui amortização de mais/menos valia.

(b) Trata-se de transações de capital ocorridas na Comerc e registradas em reserva de capital.

(c) Valor de R\$ 42 faz parte do acordo para saída do capital social da Zeg.

(d) Trata-se das SPEs Navegantes Logística Portuária S.A., Nordeste Logística I S.A., Nordeste Logística II S.A. e Nordeste Logística III S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

12 Imobilizado

Consolidado						
Custo do imobilizado	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e outros bens	Ativos em construção	Direitos de uso (a)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	392	3.917	6.051	1.800	770	12.930
Adições	3	12	288	913	367	1.583
Baixas	(38)	(82)	(203)	(4)	(40)	(367)
Transferências (b)	-	929	617	(1.614)	89	21
Remensuração de direito de uso e arrendamentos	-	-	-	-	12	12
Alocação mais valia de combinação preliminar (c)	-	2	38	-	-	40
Juros capitalizados	-	-	-	25	-	25
Combinação de negócios	4	382	7.324	393	231	8.334
Saldo em 31 de dezembro de 2025	361	5.160	14.115	1.513	1.429	22.578
Adições	1	-	38	87	64	190
Baixas	(1)	(9)	(16)	-	(7)	(33)
Transferências (d)	-	19	245	(261)	-	3
Remensuração de direito de uso e arrendamentos	-	-	-	-	2	2
Juros capitalizados	-	-	-	2	-	2
Combinação de negócios	-	1	4	-	-	5
Saldo em 31 de março de 2026	361	5.171	14.386	1.341	1.488	22.747
Depreciação acumulada						
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(1.842)	(3.758)	-	(346)	(5.946)
Depreciação	-	(164)	(596)	-	(125)	(885)
Baixas	-	56	166	-	21	243
Transferências	-	(1)	4	-	-	3
Combinação de negócios	-	(32)	(606)	-	(36)	(674)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	(1.983)	(4.790)	-	(486)	(7.259)
Depreciação	-	(48)	(163)	-	(36)	(247)
Baixas	-	7	13	-	5	25
Combinação de negócios	-	(1)	(3)	-	-	(4)
Saldo em 31 de março de 2026	-	(2.025)	(4.943)	-	(517)	(7.485)
Saldo do imobilizado						
Em 31 de dezembro de 2025	361	3.177	9.325	1.513	943	15.319
Em 31 de março de 2026	361	3.146	9.443	1.341	971	15.262
Tempo de vida útil estimada	ilimitada	01 a 60 anos	01 a 40 anos	n/a	01 a 30 anos	

(a) Ver detalhamento dos ativos de direito de uso na nota 17.1.

(b) Inclui ajuste a valor presente de outorga de arrendamento no valor de R\$ 13.

(c) Refere-se à alocação do laudo definitivo da combinação de negócios na VB0224 Participações ocorrida em 2024. Na ocasião do laudo preliminar, o montante pago acima do valor contábil dos ativos líquidos foi alocado como *goodwill*. Em 31.03.2025, com a obtenção do laudo definitivo, os valores foram transferidos para os respectivos ativos que deram origem à mais valia.

(d) Refere-se à transferência de software em desenvolvimento para o imobilizado (R\$ 3).

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Controladora						
Custo do imobilizado	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e outros bens	Ativos em construção	Direitos de uso (a)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	388	3.589	5.979	1.100	1.177	12.233
Adições	-	706	207	503	257	1.673
Baixas	(38)	(68)	(175)	-	(37)	(318)
Transferências (b)	-	201	227	(493)	52	(13)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	350	4.428	6.238	1.110	1.449	13.575
Adições	-	-	23	43	63	129
Baixas	(1)	(8)	(14)	-	(6)	(29)
Transferências (c)	-	5	42	(44)	-	3
Saldo em 31 de março de 2026	349	4.425	6.289	1.109	1.506	13.678
Depreciação acumulada						
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(1.770)	(3.727)	-	(474)	(5.971)
Depreciação	-	(140)	(232)	-	(109)	(481)
Baixas	-	43	145	-	23	211
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	(1.867)	(3.814)	-	(560)	(6.241)
Depreciação	-	(41)	(58)	-	(31)	(130)
Baixas	-	5	13	-	5	23
Saldo em 31 de março de 2026	-	(1.903)	(3.859)	-	(586)	(6.348)
Saldo do imobilizado						
Saldo em 31 de dezembro de 2025	350	2.561	2.424	1.110	889	7.334
Saldo em 31 de março de 2026	349	2.522	2.430	1.109	920	7.330
Tempo de vida útil estimada	Ilimitada	01 a 60 anos	02 a 30 anos	n/a	01 a 60 anos	

(a) Ver detalhamento dos ativos de direito de uso na nota 17.1.

(b) Inclui ajuste a valor presente de outorga de arrendamento no valor de R\$ 12. Inclui transferências com outros grupos.

(c) Refere-se à transferência de software em desenvolvimento para o imobilizado (R\$ 3).

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

13 Intangível

Os saldos de *software* foram desmembrados nas colunas “Softwares” e “Softwares em desenvolvimento” a partir de 31 de março de 2026.

Consolidado

Custo do intangível	Direitos e concessões (*)	Marcas	Relacionamento com clientes e direito de autorização (**)	Créditos de descarbonização	Softwares	Softwares em desenvolvimento	Goodwill	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	473	79	-	1	998	406	132	2.089
Adições	25	-	-	489	6	277	-	797
Alocação mais valia de combinação preliminar (a)	-	-	40	-	(1)	-	(80)	(41)
Transferências	(66)	-	10	-	127	(108)	(2)	(39)
Aposentadoria CBIOS	-	-	-	(460)	-	-	-	(460)
Combinação de negócios	36	-	842	-	88	-	2.879	3.845
Impairment (b)	-	-	-	-	-	-	(998)	(998)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	468	79	892	30	1.218	575	1.931	5.193
Adições	6	-	-	81	2	97	-	186
Baixas	-	-	-	(87)	-	-	-	(87)
Alocação mais valia de combinação preliminar	-	-	10	-	-	-	(22)	(12)
Transferências (c)	(2)	-	-	-	44	(47)	19	14
Combinação de negócios	-	-	-	-	-	-	16	16
Saldo em 31 de março de 2026	472	79	902	24	1.264	625	1.944	5.310
Amortização acumulada								
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(47)	(6)	-	-	(589)	-	-	(642)
Amortização	(19)	(3)	(45)	-	(116)	-	-	(183)
Combinação de negócios	-	-	(82)	-	(30)	-	-	(112)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(66)	(9)	(127)	-	(735)	-	-	(937)
Amortização	(4)	-	(11)	-	(27)	-	-	(42)
Saldo em 31 de março de 2026	(70)	(9)	(138)	-	(762)	-	-	(979)
Saldo do intangível								
Em 31 de dezembro de 2025	402	70	765	30	483	575	1.931	4.256
Em 31 de março de 2026	402	70	764	24	502	625	1.944	4.331
Tempo de vida útil estimada	5 a 31 anos	30 anos	25 anos	Indefinida	5 a 9 anos	Indefinida	Indefinida	

(*) inclui contratos de fornecedores e franquias, entre outros.

(**) Relacionamento com clientes: recorrência e rentabilidade da carteira de clientes. Direito de autorização: pareceres e licenciamentos cabíveis para a realização das atividades de geração. Ambos foram avaliados como ativo intangível nas combinações de negócios.

- (a) Refere-se à alocação do laudo definitivo da combinação de negócios na VB0224 Participações ocorrida em 2024. Na ocasião do laudo preliminar, o montante pago acima do valor contábil dos ativos líquidos foi alocado como *goodwill*. Em 31.03.2025, com a obtenção do laudo definitivo, os valores estão sendo transferidos para os respectivos ativos que deram origem à mais valia.
- (b) *Impairment* Comerc.
- (c) Refere-se à reclassificação efetuadas pela Comerc de ágio decorrente de tributos diferidos sobre combinações de negócios para o intangível (R\$19), compensado parcialmente pela transferência de software em desenvolvimento para o imobilizado (R\$ 3).

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Custo do intangível	Controladora				Total
	Direitos e concessões	Créditos de descarbonização	Softwares	Softwares em desenvolvimento	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	17	1	948	406	1.372
Adições	-	489	-	259	748
Transferências	-	-	108	(108)	-
Aposentadoria CBIOS	-	(460)	-	-	(460)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	17	30	1.056	557	1.660
Adições	-	81	-	97	178
Transferências (a)	-	-	44	(47)	(3)
Aposentadoria CBIOS	-	(87)	-	-	(87)
Saldo em 31 de março de 2026	17	24	1.100	607	1.748
Amortização acumulada					
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(9)	-	(579)	-	(588)
Amortização	(2)	-	(84)	-	(86)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(11)	-	(663)	-	(674)
Amortização	-	-	(20)	-	(20)
Saldo em 31 de março de 2026	(11)	-	(683)	-	(694)
Saldo do intangível					
Em 31 de dezembro de 2025	6	30	393	557	986
Em 31 de março de 2026	6	24	417	607	1.054

Tempo de vida útil estimada 10 a 13 anos Indefinida 9 anos Indefinida
(a) Refere-se à transferência de software em desenvolvimento para o imobilizado (R\$ 3).

14 Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Fornecedores				
No país	4.085	4.074	3.725	3.450
No exterior	1.541	939	189	749
Total	5.626	5.013	3.914	4.199

15 Financiamento de fornecimento de produtos

A Companhia mantém parcerias com instituições financeiras para antecipação de pagamentos referentes à aquisição de produtos com o fornecedor Petrobras. Nestas operações, denominadas de risco sacado, o banco paga os valores devidos pela Vibra à Petrobras e, posteriormente, dentro do prazo contratado de 90 dias, o banco recebe da Vibra. Não são exigidas garantias na operação.

Os valores a pagar por financiamento de produtos são reconhecidos pelo valor presente dos fluxos de pagamentos e subsequentemente são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos.

Em 31 de março de 2026, o montante registrado como financiamento por fornecimento de produtos é de R\$ 738.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

16 Empréstimos e financiamentos

País (moeda R\$)	Taxa de juros nominal média (a)	Consolidado				Controladora			
		31.03.2026		31.12.2025		31.03.2026		31.12.2025	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures não conversíveis									
Taxa flutuante (CDI)	16,29%	9.701	10.104	9.505	9.932	8.204	8.568	8.063	8.447
Taxa flutuante (IPCA)	11,93%	3.432	3.745	3.312	3.026	-	-	-	-
Taxa Fixa	15,13%	990	1.058	1.029	1.111	990	1.058	1.029	1.111
Empréstimos e financiamentos									
Taxa flutuante (IPCA)	9,54%	2.047	1.864	2.144	1.944	1.032	1.180	1.008	1.196
Taxa flutuante (CDI)	16,51%	2.017	2.006	1.957	1.994	1.905	1.894	1.842	1.879
Taxa flutuante (TR-M)	10,86%	20	18	20	19	-	-	-	-
Taxa Fixa	2,11%	26	13	17	14	-	-	-	-
Total país		18.233	18.808	17.984	18.040	12.131	12.700	11.942	12.633
Exterior (moeda USD)									
Empréstimos e financiamentos bancários									
Taxa flutuante (SOFR)	5,62%	1.487	1.508	1.561	1.589	1.330	1.350	1.395	1.421
Taxa Fixa	5,18%	2.659	2.633	2.820	2.821	2.659	2.633	2.820	2.821
Total exterior		4.146	4.141	4.381	4.410	3.989	3.983	4.215	4.242
Total de empréstimos e financiamentos		22.379	22.949	22.365	22.450	16.120	16.683	16.157	16.875
Circulante		1.954		1.132		1.259		516	
Não Circulante		20.425		21.233		14.861		15.641	

(a) Para cálculo de contratos com taxas flutuantes foi utilizada a taxa de 31 de março de 2026. As taxas das dívidas de 31.12.2025 estão apresentadas na nota 16 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos financeiros foram deduzidos do saldo do passivo correspondente e apropriados ao resultado de acordo com a taxa efetiva. Em 31 de março de 2026, o montante apropriado ao resultado foi R\$ 8 (R\$ 5 em 31 de março de 2025). O saldo a apropriar nos próximos exercícios é de R\$ 279.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

16.1 Movimentação

	Consolidado			Controladora	
	Mercado Bancário	Mercado de Capitais (CRI's e Debêntures)	Outras Operações	Total	Total
No país					
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2024	2.186	9.783	-	11.969	11.560
Captações	148	985	-	1.133	985
Amortização de principal	(121)	(2.313)	(161)	(2.595)	(882)
Amortização de juros	(376)	(1.821)	(75)	(2.272)	(1.517)
<u>Alterações não caixa</u>					
Provisionamento de juros	385	1.939	47	2.371	1.752
Juros capitalizados	-	25	-	25	-
Variações monetárias	3	238	-	241	57
Combinação de negócios	657	6.000	468	7.125	-
Custo de transação (*)	-	(13)	-	(13)	(13)
Total no país em 31 de dezembro de 2025	2.882	14.823	279	17.984	11.942
Amortização de principal	(16)	(51)	(44)	(111)	-
Amortização de juros	(20)	(232)	(21)	(273)	(241)
<u>Alterações não caixa</u>					
Provisionamento de juros	82	473	5	560	419
Juros capitalizados	-	2	-	2	-
Variações monetárias	4	75	-	79	11
Custo de transação (*)	-	(8)	-	(8)	-
Total no país em 31 de março de 2026	2.932	15.082	219	18.233	12.131
No exterior					
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2024	8.480	-	-	8.480	7.978
Captações	2.438	-	-	2.438	2.438
Amortização de principal	(5.733)	-	-	(5.733)	(5.372)
Amortização de juros	(278)	-	-	(278)	(256)
<u>Alterações não caixa</u>					
Provisionamento de juros	272	-	-	272	254
Variação cambial	(837)	-	-	(837)	(827)
Ajuste acumulado de conversão	(56)	-	-	(56)	-
Combinação de negócios	95	-	-	95	-
Total no exterior em 31 de dezembro de 2025	4.381	-	-	4.381	4.215
Amortização de juros	(64)	-	-	(64)	(61)
<u>Alterações não caixa</u>					
Provisionamento de juros	54	-	-	54	52
Variação cambial	(217)	-	-	(217)	(217)
Ajuste acumulado de conversão	(8)	-	-	(8)	-
Total no exterior em 31 de março de 2026	4.146	-	-	4.146	3.989
Saldo final em 31 de março de 2026	7.078	15.082	219	22.379	16.120

(*) Custo de captação reclassificado no período.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

16.2 Informações sumarizadas sobre os vencimentos dos financiamentos

										Consolidado	Controladora
	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034 em diante	Total	Total
Financiamentos País:	1.249	2.060	2.535	2.449	2.850	2.834	1.422	776	2.058	18.233	12.131
Financiamentos Exterior:	48	757	514	1.131	1.696	-	-	-	-	4.146	3.989
Em 31 de março de 2026	1.297	2.817	3.049	3.580	4.546	2.834	1.422	776	2.058	22.379	16.120
Em 31 de dezembro de 2025	1.132	2.837	3.051	3.599	4.617	2.811	1.460	772	2.086	22.365	16.157

Os valores justos dos financiamentos no país são determinados pelo método de fluxo de caixa descontado pelas taxas *spot* DI x Pré interpoladas e pelo risco de crédito da Companhia (nível 2). Para os financiamentos feitos em moeda estrangeira os valores justos são determinados pelo método de fluxo de caixa descontado pelas taxas *spot* interpoladas pelo Cupom Cambial Limpo e pelo risco de crédito da Companhia (nível 2).

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros é apresentada na nota 30.

16.3 Linhas de crédito

A seguir apresentamos as linhas de crédito contratadas com instituições financeiras e com saldos em aberto:

Empresa	Instituição Financeira	Data de abertura do crédito	Vencimento	Montante contratado	Montante utilizado em 31/03/2026	Montante a utilizar
Nexway Comércio e Prestação de Serviços 2 A	BNDES	abr-24	30/06/2026	60	30	30

16.4 Covenants

As controladas Comerc Energia, Hélio Valgas e Bon Nome Solar Participações possuem emissões de debêntures com *covenants* financeiros, conforme demonstrado a seguir:

Empresa da Apuração	Indicador	Periodicidade	Limite
Comerc Energia S.A.	Dívida Líquida / EBITDA	Trimestral ¹	5,75x
Hélio Valgas	ICSD ²	Anual	1,20x
Bon Nome Solar Participações	ICSD ²	Semestral	1,05x

Nota 1: Apuração em 2026 e 1T27 com limite de 5,75x e a partir de 2T27 o limite de 4,75x

Nota 2: Índice de Cobertura do Serviço da Dívida

Comerc Energia S.A.

Em 20 de março de 2026 foi aprovado, por meio de Assembleia Geral de Debenturistas, o *waiver* para que o índice financeiro da Companhia "Dívida Líquida/EBITDA" não ultrapasse a razão de 5,75x em substituição de 4,75x, a ser apurado no período entre 31/03/2026 e 31/12/2026 para a 6ª Emissão de Debêntures e até 30/06/2027 para as demais emissões. Depois desse período, o limite volta para 4,75x.

Controlada Hélio Valgas Participações:

Em 14 de novembro de 2025 foi aprovado, por meio de Assembleia Geral de Debenturistas, o *waiver* que dispensa a apuração do índice financeiro Comerc "Dívida Líquida" até o trimestre a ser encerrado em 30 de junho de 2027. Com

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

relação ao Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, permanece conforme definido na escritura e a Administração da Companhia mantém o acompanhamento.

Controlada Bon Nome Participações:

No segundo semestre de 2025, a Bon Nome Solar Participações apresentou um Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de 0,66x, inferior ao limite mínimo estabelecido contratualmente. Nos termos do contrato, caso determinados indicadores atinjam nível inferior ao limite mínimo estabelecido (“limite mínimo”), tal situação não caracteriza evento de vencimento antecipado automático da dívida. Nessas circunstâncias, e mediante notificação do agente fiduciário, a Comerc poderá ser requerida a realizar aporte com o objetivo de restabelecer os parâmetros financeiros previstos contratualmente. Assim, o eventual descumprimento do limite mínimo não implica vencimento antecipado imediato da obrigação, podendo resultar na obrigação de realização do referido aporte corretivo.

A Vibra Energia S.A. (Controladora) não possui contratos de dívida com *covenants* financeiros.

No endividamento consolidado da Companhia existem *covenants* não financeiros, que devem ser cumpridos anualmente ou trimestralmente, incluindo, mas não se limitando a: (i) apresentação das demonstrações financeiras; (ii) não sofrer protestos de títulos em montantes previamente determinados; (iii) não figurar como inadimplente junto ao credor ou a qualquer instituição financeira ou de crédito conforme valores acordados; (iv) cumprir as normas aplicáveis referentes às leis anticorrupção, antiterrorismo e leis socioambientais; (v) não realizar reorganizações societárias não autorizadas ou vendas de ativos acima dos limites estabelecidos nos contratos, dentre outras cláusulas.

Atualmente, não foi identificado nenhum descumprimento de *covenants* (financeiros e não financeiros) que ensejasse vencimento antecipado das operações de dívida consolidada da Companhia.

16.5 Garantias e depósitos vinculados

As dívidas contratadas pela Companhia no nível da controladora não possuem nenhuma garantia real ou fidejussória.

As dívidas contratadas por algumas controladas da Companhia possuem garantias reais, tais como, fianças bancárias, penhor de ações, cessão fiduciária de créditos, alienação fiduciária de equipamentos, cessão de duplicatas e aplicações financeiras de uso restrito para cumprimento de obrigações atreladas aos contratos de empréstimo e financiamento (nota 6).

As debêntures da Comerc foram estruturadas sob a forma de *Project Finance*, modelo no qual os ativos de geração são oferecidos como garantia para viabilizar a construção dos respectivos parques.

Em 31 de março de 2026, o montante de imobilizado dado em garantia totaliza R\$ 4.549 (R\$ 4.604 em 31 de dezembro de 2025).

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

*(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)***17 Arrendamentos****17.1 Ativos de direito de uso – Movimentação por tipo de ativos**

	Consolidado				Controladora			
	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Equipamentos e outros bens	Total	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e outros bens	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	415	1	8	424	444	251	8	703
Adições	265	26	76	367	257	-	-	257
Baixas	(13)	(3)	(3)	(19)	(12)	(2)	-	(14)
Depreciação	(96)	(12)	(17)	(125)	(98)	(7)	(4)	(109)
Transferências (a)	52	-	37	89	52	-	-	52
Combinação de negócios	184	6	5	195	-	-	-	-
Remensuração de direito de uso e arrendamentos	13	1	(2)	12	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	820	19	104	943	643	242	4	889
Adições	29	1	34	64	29	-	34	63
Baixas	(2)	-	-	(2)	(2)	-	-	(1)
Depreciação	(27)	(1)	(8)	(35)	(27)	(2)	(2)	(31)
Remensuração de direito de uso e arrendamentos	2	-	-	2	-	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2026	822	19	130	971	643	240	36	920
Prazo contratual	01 a 32 anos	01 a 10 anos	01 a 20 anos		01 a 30 anos	01 a 60 anos	01 a 20 anos	

(a) Inclui ajuste a valor presente de outorga de arrendamento no valor de R\$ 12.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

*(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)***17.2 Passivo de arrendamento – Movimentação e conciliação com os fluxos de caixa de financiamento**

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2026	31.03.2025	31.03.2026	31.03.2025
Saldo no início do exercício	851	359	806	675
Pagamento de principal	(32)	(22)	(79)	(121)
Pagamento de juros	(19)	(10)	(13)	(9)
Alterações não caixa				
Aquisições de direito de uso	64	124	63	90
Remensuração de direito de uso e arrendamentos	2	-	-	-
Provisionamento de juros	19	13	21	16
Variações monetárias	-	-	2	6
Baixas	(5)	(1)	(2)	(1)
Combinação de negócios	-	208	-	-
Transferências	-	(5)	-	-
Saldo final	880	666	798	656

17.3 Fluxo de pagamentos

A seguir estão apresentados os fluxos de pagamentos dos arrendamentos:

	Consolidado			Controladora
	Pagamentos			Pagamentos
Compromissos estimados	Valor futuro	Juros anuais	Valor presente	Valor presente
2026	170	(61)	109	190
2027	131	(53)	78	51
2028	136	(57)	79	79
2029	125	(55)	70	70
2030	83	(39)	44	52
2031 em diante	1.054	(554)	500	356
Em 31 de março de 2026	1.699	(819)	880	798
Circulante			109	190
Não circulante			771	608
Em 31 de março de 2026			880	798
Circulante			103	185
Não circulante			748	621
Em 31 de dezembro de 2025			851	806

Os pagamentos das parcelas variáveis dos arrendamentos, assim como os pagamentos de arrendamentos de curto prazo que não compõem o passivo, foram reconhecidos no resultado totalizando R\$ 64 e R\$ 1 (R\$ 56 e R\$ 1 em 31 de março de 2025), respectivamente (consolidado e controladora).

Assim sendo, a Companhia está potencialmente exposta a saídas futuras de caixa de pagamentos variáveis de arrendamentos, principalmente associados a variações nos volumes vendidos. Esse fluxo está demonstrado a seguir:

Consolidado						
2026	2027	2028	2029	2030	2031 em diante	Total
172	262	197	187	185	907	1.910

Notas explicativas às demonstrações contábeis

*(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)***17.4 Taxas nominais médias de desconto**

Prazos contratuais	Até 5 anos	De 5 a 10 anos	De 10 a 15 anos	De 15 a 20 anos	De 20 a 25 anos
Taxa média de desconto (% a.a.)	10,54%	8,51%	9,21%	9,59%	10,18%

17.5 Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/nº2/2019**17.5.1 Apresentação dos arrendamentos, direito de uso e PIS/COFINS a recuperar – CPC 06 e Ofício CVM**

Consolidado				
	Passivo de Arrendamento (*)	Direito de uso	Despesa Financeira	Depreciação
CPC 06 (R2) (a)	880	971	20	35
Ofício CVM (b)	1169	1036	29	40

(a) Fluxo de caixa não inflacionado.

(b) Fluxo de caixa incluindo a projeção de inflação futura.

(*) Referem-se a contratos impactados pela revisão IFRS16, ou seja, contratos anteriores à revisão e que já estavam classificados como arrendamento financeiro não estão sendo considerados nesta apresentação.

A seguir, estão apresentadas as estimativas de créditos de PIS e COFINS a recuperar pelo pagamento dos arrendamentos.

Consolidado		
	Contraprestação (*)	PIS/COFINS (*)
Fluxo de Caixa Nominal	550	51
Fluxo de Caixa a valor presente	235	24

(*) Os pagamentos das contraprestações dos arrendamentos podem gerar direito ao creditamento do PIS e COFINS, desde que atendam as condições previstas na legislação tributária.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

*(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)***18 Tributos****18.1 Impostos e contribuições**

	Consolidado (a)						
	Ativo				Passivo		
	31.03.2026				31.03.2026		
	NÃO		Total	31.12.2025	Circulante		Total
Circulante	Circulante	Circulante			Total		
ICMS	783	756	1.539	1.695	88	88	75
PIS / COFINS	1.523	5.645	7.168	7.243	87	87	88
IR a recuperar	-	199	199	195	-	-	-
CSLL a recuperar	-	72	72	70	-	-	-
IPI	148	716	864	31	-	-	-
Outros	66	16	82	70	105	105	88
Total	2.520	7.404	9.924	9.304	280	280	251

(a) Valores da controladora não diferem substancialmente das informações do consolidado.

Em 24 de fevereiro de 2026, transitou em julgado mandado de segurança favorável à Companhia, no qual foi reconhecido o direito ao creditamento do IPI incidente sobre insumos utilizados na industrialização de produtos imunes a esse imposto. A decisão judicial assegura efeitos prospectivos, bem como o direito à recuperação dos valores recolhidos indevidamente nos cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação. A Companhia reconheceu o montante de R\$ 807 milhões e está sujeita aos procedimentos operacionais de ressarcimento e compensação previstos na legislação tributária.

18.2 Programas de Anistias Estaduais

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 a Companhia liquidou débitos tributários de ICMS junto a diversos Estados, por meio de Programas de Anistias.

Estaduais

Estado	Lei Estadual / Decreto	Valor pago após benefício	
		31.03.2026	31.12.2025
BA	Lei nº 14.761/24	-	5
RJ	Lei Complementar Estadual nº 225/2025, Decreto 50.040/2025	15	-
ES	LC nº 12.651/25	1	-
SC	Lei nº 19.673/2025	8	-
Outros		-	1
Total		24	6

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

18.3 Imposto de Renda e contribuição social diferidos

18.3.1 Movimentação

Origem do registro dos impostos diferidos	Consolidado											Controladora		
	Reconhecido no				31.12.2025			Reconhecido no			31.03.2026			Valor líquido
	31.12.2024	Resultado	Patrimônio Líquido	Combinação de Negócios	Valor Líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido	Resultado	Patrimônio Líquido	Outros	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido	
Contas a receber	16	14	-	-	30	30	-	8	-	-	38	38	-	35
Bonificações antecipadas	898	(53)	-	-	845	845	-	10	-	-	855	855	-	855
Imobilizado	(541)	(107)	-	-	(648)	84	(732)	(23)	-	-	(671)	83	(754)	(670)
Arrendamentos	195	46	-	-	241	241	-	(11)	-	-	230	230	-	229
Processos judiciais	386	32	-	1	419	419	-	(5)	-	-	414	414	-	413
Benefício pós emprego	387	(12)	189	-	564	624	(60)	2	-	-	566	626	(60)	566
Depósitos judiciais	(173)	(7)	-	-	(180)	-	(180)	(6)	-	-	(186)	-	(186)	(186)
Instrumentos financeiros derivativos	886	66	-	4	956	956	-	47	-	-	1.003	1.003	-	1.003
Ganho na avaliação a valor justo dos ativos aportados na constituição de JV	(134)	5	-	-	(129)	-	(129)	1	-	-	(128)	-	(128)	(128)
Provisão para créditos de descarbonização	-	12	-	-	12	12	-	(6)	-	-	6	6	-	6
Impairment de investimento	240	216	-	-	456	456	-	-	-	-	456	456	-	456
Resultado a valor justo (earnouts e opções)	(145)	(22)	-	46	(121)	60	(181)	(8)	-	(19)	(148)	33	(181)	(161)
Prejuízos fiscais / Base Negativa CSLL	-	115	-	157	272	272	-	59	-	-	331	331	-	-
Valor justo da Mori Holding (*)	-	29	-	(174)	(145)	-	(145)	2	-	-	(143)	-	(143)	-
Passivo de contratos futuros de energia elétrica IRPJ/CSLL	-	61	-	(173)	(112)	-	(112)	32	-	-	(80)	-	(80)	-
Outros	155	(44)	(1)	(30)	80	173	(93)	(34)	10	-	56	178	(122)	115
Total	2.170	351	188	(169)	2.540	4.172	(1.632)	68	10	(19)	2.599	4.253	(1.654)	2.533

Tributos diferidos Ativo, líquidos	2.820	2.533
Tributos diferidos Passivo, líquidos	(221)	-
Total de tributos diferidos	2.599	2.533

(*) Empresa controlada da Comerc.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

*(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)***18.3.2 Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro**

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	Período de três meses findos em 31 de março de		Período de três meses findos em 31 de março de	
	2026	2025	2026	2025
Lucro líquido antes dos impostos	2.060	863	2.075	882
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(700)	(293)	(706)	(300)
Ajustes para apuração alíquota efetiva:				
• Contribuição previdenciária	(7)	(7)	(7)	(7)
• Atualização dos Indébitos Tributários	101	2	101	2
• (Adições)/exclusões permanentes, líquidas	3	(31)	(16)	(11)
• Juros sobre o capital próprio	133	119	134	119
• Resultado de equivalência patrimonial	-	12	(22)	(154)
• Incentivos fiscais	15	5	15	5
• Atualização de ações judiciais transitadas em julgado	43	81	43	81
• Prejuízos fiscais/adições temporárias não reconhecidos no exercício pela falta de expectativa de lucros tributáveis futuros	(3)	(43)	-	-
• Diferença de presunção de base do lucro presumido (*)	(32)	(105)	-	-
• Indébito tributário - PAT	-	(2)	-	(2)
Imposto de renda e contribuição social	(447)	(262)	(458)	(267)
IR e CSLL correntes	(515)	(189)	(445)	(148)
IR e CSLL diferidos	68	(73)	(13)	(119)
	(447)	(262)	(458)	(267)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	21,7%	30,4%	22,1%	30,3%

(*) O prejuízo líquido apresentado pelas empresas do lucro presumido deve-se, principalmente, à marcação a mercado do derivativo embutido contido no contrato de venda de energia

18.3.3 Imposto Mínimo Complementar Global (Pilar Dois)

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) publicou as regras modelo do Pilar Dois ("Global Anti-Base Erosion" ou GloBE Rules), que introduzem um imposto mínimo complementar global para grupos multinacionais com receita consolidada anual superior a € 750 milhões. O objetivo é assegurar que esses grupos paguem um nível mínimo de imposto sobre o lucro (alíquota efetiva mínima de 15%) em cada jurisdição onde operam.

No Brasil, a legislação do Pilar Dois foi implementada pela Lei nº 15.079/2024, regulamentada pela Instrução Normativa RFB nº 2.228/2024, com produção de efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025. A companhia possui operações relevantes para fins do Pilar Dois na Holanda, jurisdição que já implementou legislação similar e, Estado Unidos da América, que ainda discute potencial implementação.

Conforme as alterações recentes no Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (equivalente à IAS 12), a companhia aplicou a exceção temporária obrigatória prevista no item 4A do CPC 32 e, portanto, não reconheceu nem divulgou informações sobre ativos e passivos fiscais diferidos relacionados aos tributos sobre o lucro decorrentes da legislação do Pilar Dois (item 88A do CPC 32).

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

A Vibra tem realizado avaliações da sua exposição aos tributos sobre o lucro do Pilar Dois, considerando as operações no Brasil, Holanda e EUA. Com base nas análises efetuadas, a companhia concluiu que, até o momento, se qualifica para as regras de transição simplificadoras (“transitional safe harbours”) previstas pelas legislações brasileira, holandesa e diretrizes da OCDE. A aplicação destas regras simplificadoras resultou na determinação de que não há imposto complementar do Pilar Dois a ser pago pelo grupo referente a este período. Portanto, a despesa (receita) de imposto de renda corrente relacionada aos tributos sobre o lucro do Pilar Dois, requerida pelo item 88B do CPC 32, é de 0 (zero) para o período.

Embora a legislação do Pilar Dois esteja em vigor no Brasil e na Holanda, sua aplicação envolve complexidade significativa. A Companhia continuará monitorando a evolução da legislação e regulamentação nas jurisdições em que opera, as interpretações administrativas e o desenvolvimento de práticas contábeis, bem como avaliando continuamente os potenciais impactos fiscais e contábeis futuros.

Em relação a Argentina, no contexto das regras de tributação mínima global (Pillar 2) da OECD, existe a possibilidade de aplicação do mecanismo de Undertaxed Payments Rule (UTPR) sobre resultados do grupo, considerando que a controladora está situada no Brasil, que ainda não implementou regras do mecanismo Income Inclusion Rule (IIR). Ainda mais, na Argentina, ainda não há adoção do imposto mínimo doméstico qualificado (QDMTT), podendo eventuais diferenças em relação à alíquota mínima global no país serem capturadas por outras jurisdições onde o grupo opera e que já implementaram o UTPR, como a Holanda; até o momento, não há impacto material identificado, permanecendo o tema sob monitoramento.

19 Salário, férias, encargos, prêmios e incentivos

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Provisão de férias	99	97	81	79
Salários, encargos e outras provisões	154	125	132	110
Prêmio por desempenho / Incentivos de curto prazo (nota 19.1)	62	179	44	126
Parcela circulante de incentivos de longo prazo (nota 19.2)	14	14	-	-
Total registrado no circulante	329	415	257	315
Incentivos registrados no não circulante (nota 19.2)	87	76	74	51
Incentivos registrados no patrimônio líquido (nota 19.2)	122	110	122	110

19.1 Incentivos de curto prazo aos empregados e aos membros da Diretoria Executiva

Em 31 de março de 2026, foram provisionados os montantes de R\$ 49 no Consolidado e na Controladora para pagamento de incentivos de curto prazo aos empregados e aos membros da Diretoria, tendo sido pagos no período R\$ 166 no Consolidado e na e R\$ 132 na Controladora.

19.2 Incentivos de longo prazo

19.2.1 Incentivos de longo prazo

A controlada Comerc Energia possui uma política de incentivo de longo prazo com liquidação em caixa, composto por um programa de retenção e por um programa de performance de longo prazo.

O programa prevê período de apuração de três anos, com pagamento no início do quarto ano. Em 31 de março de 2025, estão vigentes os programas de incentivo de longo prazo relativas às outorgas de 2024, 2025 e 2026. A outorga de 2023 foi paga em março de 2026, após as apurações finais.

O prêmio somente será plenamente adquirido se verificadas, cumulativamente, as seguintes condições: vínculo empregatício durante o período e atingimento de determinadas métricas de desempenho pela Companhia, conforme pesos e valores estabelecidos nos contratos de outorga.

Em 31 de março de 2026, o saldo reconhecido é de R\$ 25 (R\$ 14 no passivo circulante e R\$ 11 no passivo não circulante).

19.2.2 Planos de pagamentos baseados em ações

Em 31 de março de 2026, o saldo no Consolidado é de R\$ 196 (R\$ 74 no passivo não circulante e R\$122 no patrimônio líquido). Em 31 de dezembro de 2025, o saldo reconhecido era de R\$ 167 (R\$ 30 no passivo circulante, R\$ 52 no passivo não circulante e R\$ 85 no patrimônio líquido).

Seguem informações dos programas em aberto:

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Programa	Data da outorga	Fim da carência	Data de expiração	Quantidades outorgadas	Quantidades canceladas	Ativos Exercidos / Resgatados	Ativos liberados para exercício em 31.03.2026 (*)	Ativos em carência em 31.03.2026 (*)	Preço de exercício na outorga	Preço de exercício atualizado	Valor justo na outorga	Valor Justo atualizado
Programa Especial de Performance_C	01/02/2023	01/02/2028	01/02/2031	1.160.533	-	-	-	1.160.533	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 31,62
Performance Share 2023 - TSR	27/04/2023	27/04/2026	27/04/2029	3.278.219	243.167	-	529.096	2.505.956	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 24,20	R\$ 31,62
Performance Shares 07_23 C	03/07/2023	03/07/2026	03/07/2029	355.811	73.589	-	282.222	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 24,20	R\$ 31,62
Performance Shares 08_23 C	01/08/2023	01/08/2026	01/08/2029	90.664	-	-	-	90.664	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 24,20	R\$ 31,62
Performance Shares 2024	18/04/2024	18/04/2027	18/04/2030	1.238.548	120.332	-	142.720	975.496	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 24,99	R\$ 31,62
Performance Shares 2024	10/06/2024	10/06/2027	10/06/2030	1.896	-	-	-	1.896	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 22,29	R\$ 31,62
Performance Shares 2024	05/06/2024	05/06/2027	05/06/2030	1.428	-	-	-	1.428	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 22,41	R\$ 31,62
Performance Shares 2024	17/06/2024	17/06/2027	17/06/2030	4.909	-	-	-	4.909	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 22,00	R\$ 31,62
Performance Shares 2024	10/06/2024	10/06/2027	10/06/2030	473	-	-	-	473	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 22,29	R\$ 31,62
Performance Shares 2024	05/06/2024	05/06/2027	05/06/2030	358	-	-	-	358	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 22,41	R\$ 31,62
Performance Shares 2024	17/06/2024	17/06/2027	17/06/2030	1.227	-	-	-	1.227	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 22,00	R\$ 31,62
Performance Shares 2023	27/04/2023	27/04/2026	27/04/2029	150.553	56.549	-	-	94.004	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 31,62
Performance Shares 2024	18/04/2024	18/04/2027	18/04/2030	67.811	58.289	-	-	9.522	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 24,98	R\$ 31,62
Outorga Especial de Performance COMERC	16/04/2025	16/04/2028	16/04/2031	2.933.570	289.711	-	67.611	2.576.248	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 17,22	R\$ 31,62
Stock Options 2020 - Em Dinheiro	31/07/2020	31/07/2023	31/07/2026	1.604.855	452.627	1.115.107	37.121	-	R\$ 20,36	R\$ 12,79	R\$ 7,36	R\$ 18,83
Stock Options 2020 - Em Ações	31/07/2020	31/07/2023	31/07/2026	2.055.326	903.106	1.113.075	37.121	-	R\$ 20,36	R\$ 12,79	R\$ 6,87	R\$ 18,83
Stock Options 2021 CA - Em Ações	15/04/2021	15/04/2024	15/04/2027	4.336.056	1.490.306	2.718.199	127.160	-	R\$ 20,29	R\$ 15,48	R\$ 5,97	R\$ 18,03
Stock Options 2022 CA_03_05	03/05/2022	03/05/2025	03/05/2028	420.040	-	210.020	210.020	-	R\$ 21,49	R\$ 16,67	R\$ 4,29	R\$ 31,62
Stock Options 2023	27/04/2023	27/04/2026	27/04/2029	1.402.318	67.801	-	263.324	1.071.193	R\$ 13,59	R\$ 9,56	R\$ 24,20	R\$ 20,14
Stock Options 07_23	03/07/2023	03/07/2026	03/07/2029	117.274	-	-	117.274	-	R\$ 14,75	R\$ 10,72	R\$ 24,20	R\$ 23,92
Stock Options 08_23	01/08/2023	01/08/2026	01/08/2029	113.864	-	-	-	113.864	R\$ 15,82	R\$ 11,79	R\$ 24,20	R\$ 23,25
Stock Options 2024_CA Substituído	18/04/2024	18/04/2027	18/04/2030	1.879.743	608.496	-	541.095	730.152	R\$ 23,16	R\$ 21,98	R\$ 8,36	R\$ 31,62
Stock Options 2025_CA	16/04/2025	16/04/2028	16/04/2031	670.246	-	-	-	670.246	R\$ 16,33	R\$ 15,29	-	R\$ 16,43

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Mensuração do valor justo:

Stock Options 2020: O valor justo (fair value) das opções foi calculado seguindo o método Binomial. As variáveis utilizadas foram: Taxa livre de risco de 4,25% a.a.; Dividend Yield de 1,90% (excluindo o de 2019 por estar acima da média histórica) e Volatilidade da ação de 2 anos, sendo essa de 34,03%, além dos prazos de vesting e exercício.

Stock Options 2021 / Stock Options 2021 CA: O valor justo (fair value) das opções foi calculado seguindo o método Binomial. As variáveis utilizadas foram: Taxa livre de risco de 2,75% a.a.; Dividend Yield de 9,01% (excluindo o de 2019 por estar acima da média histórica) e Volatilidade (março/2019 a mar/2021), sendo essa de 48,64%, além dos prazos de vesting (2 anos para CA e 3 anos para os demais participantes) e exercício.

Matching Shares 2020 e 2021: o valor justo (fair value) das ações é equivalente à cotação de fechamento na data da outorga.

Prêmio Extraordinário aos Diretores: considera a média ponderada dos últimos 30 pregões anteriores à data da outorga.

Stock Options 2022 / Stock Options 2022 CA: O valor justo (fair value) das opções foi calculado seguindo o método Binomial. As variáveis utilizadas foram: Taxa livre de risco de 12,86% a.a.; Dividend Yield de 11,44% e Volatilidade (março/2018 a abril/2022), sendo essa de 49,09%, além dos prazos de vesting (2 anos para CA e 3 anos para os demais participantes) e exercício.

Stock Options 2023: O valor justo (fair value) das opções foi calculado seguindo o método Binomial. As variáveis utilizadas foram: Taxa livre de risco de 11,64% a.a.; Dividend Yield de 5,56 % e Volatilidade (março/2020 a abril/2023), sendo essa de 45,58%, além dos prazos de vesting (3 anos) e exercício.

Stock Options 2024 líderes: O valor justo (fair value) das opções foi calculado seguindo o método Binomial. As variáveis utilizadas foram: Taxa livre de risco de 10,75 % a.a., preço de exercício de R\$ 24,81, preço do ativo base em 18/04/2024 de R\$ 24,14 e Volatilidade (abr/2021 a abr/2024) de 34,76%, além dos prazos de vesting e exercício de 3 anos.

Stock Options CA 2024: O valor justo (fair value) das opções foi calculado seguindo o método Binomial. As variáveis utilizadas foram: Taxa livre de risco de 10,75 % a.a., preço de exercício de R\$ 24,81, preço do ativo base em 18/04/2024 de R\$ 24,14 e Volatilidade (abr/2022 a abr/2024) de 35,39%, além dos prazos de vesting de 2 anos e exercício de 3 anos.

Stock Options CA 2025: O valor justo (fair value) das opções foi calculado seguindo o método Binomial. As variáveis utilizadas foram: Taxa livre de risco de 14,25 % a.a., preço de exercício de R\$ 17,49, preço do ativo base em 16/04/2025 de R\$ 18,44 e Volatilidade (abr/2024 a abr/2025) de 30,29%, além dos prazos de vesting de 1 ano e exercício de 3 anos.

Ações de Performance: O valor justo (fair value) da parcela relacionado aos indicadores de não mercado foi calculado com base no preço do ativo na data da outorga, enquanto a parcela relacionada ao indicador de mercado foi calculada pelo método de Monte Carlo, considerando o prazo de vesting de 3 anos e as premissas previstas no programa.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

*(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)***20 Benefícios concedidos a empregados**

As obrigações da Companhia relativas aos planos de pensão e de saúde estão representadas a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Plano de pensão Petros Repactuado	983	986	983	986
Plano de pensão Petros Não Repactuado	389	386	389	386
Plano de saúde	26	48	26	48
Total Obrigações Planos de pensão e saúde	1.398	1.420	1.398	1.420
Circulante	153	153	153	153
Não circulante	1.245	1.267	1.245	1.267

A movimentação dos benefícios concedidos a empregados está apresentada a seguir:

	Consolidado			
	Planos de Pensão			
	PPSP-R	PPSP-NR	Plano de saúde	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	490	248	33	771
(+/-)Efeitos de remensuração reconhecidos em ORA	408	147	170	725
(+) Custo incorrido no período	1	-	-	1
(-)Pagamento de contribuições	(96)	(38)	(158)	(292)
(+)Juros líquidos sobre passivo líquido	57	29	3	89
Saldo em 31 de dezembro de 2025	860	386	48	1.294
Parcelamento da dívida				
Saldo em 31 de dezembro de 2024	131	-	-	131
Custo dos juros	11	-	-	11
Pagamento de termo financeiro	(16)	-	-	(16)
Saldo parcelamento da dívida em 31 de dezembro de 2025	126	-	-	126
Circulante	91	36	26	153
Não circulante	895	350	22	1.267
	986	386	48	1.420
Saldo em 31 de dezembro de 2025	860	386	48	1.294
(+) Custos incorridos no período	24	11	1	36
(-) Pagamento de contribuições	(22)	(8)	(43)	(73)
Outros	-	-	20	20
Saldo em 31 de março de 2026	862	389	26	1.277
Parcelamento da dívida				
Saldo em 31 de dezembro de 2025	126	-	-	126
Custo dos juros	3	-	-	3
Pagamento de termo financeiro	(8)	-	-	(8)
Saldo parcelamento da dívida em 31 de março de 2026	121	-	-	121
Circulante	91	36	26	153
Não circulante	892	353	-	1.245
	983	389	26	1.398

A despesa líquida com planos de pensão e saúde inclui os seguintes componentes:

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

	Período findo em 31 de março de 2026				
	Consolidado			Controladora	
	Plano de Pensão			Total	Total
	PPSP-R	PPSP-NR	Plano de saúde		
Juros líquidos sobre o passivo líquido	24	11	1	36	36
Custo do período	24	11	1	36	36
Relativa aos inativos (*):	24	11	1	36	36
Custo do período	24	11	1	36	36
Parcelamento da Dívida:					
(+) Custo dos Juros	3	-	-	3	3
Custo da dívida no período	3	-	-	3	3
Relativa a empregados ativos:					
Diretamente no resultado	3	-	-	3	3
Custo da dívida no período	3	-	-	3	3
Total Obrigações Planos de pensão e saúde	27	11	1	39	39

(*) Outras Receitas (Despesas), líquidas

Planos de pensão

A gestão dos planos de previdência complementar da Companhia é responsabilidade da Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros, que foi constituída pela Petrobras como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

PPSP-R e PPSP-NR – Contribuições da Companhia

Em relação às contribuições dos planos PPSP-R, o valor acumulado até 31 de março de 2026, referente às contribuições normais foi de R\$ 7 (R\$ 7 até 31 de março de 2025).

As contribuições extraordinárias (referentes aos Planos de Equacionamento de Déficit – PEDs em vigor) do plano PPSP-R foi de R\$ 15 até 31 de março de 2026 (R\$ 15 até 31 de março de 2025).

Em relação às contribuições dos planos PPSP-NR, o valor acumulado até 31 de março de 2026, referente às contribuições normais foi de R\$ 2 (R\$ 2 até 31 de março de 2025). O total até 31 de março de 2026 referente às contribuições extraordinárias (referente ao plano de equacionamento de déficit – PED em vigor) do plano PPSP-NR foi de R\$ 6 (R\$ 6 até 31 de março de 2025).

Atualmente, a Vibra contribui para três planos de equacionamento de déficits em andamento para os planos PPSP-R e PPSP-NR, com o objetivo de reequilibrar os ativos e passivos do plano: (i) o Novo PED, iniciado em 2020, que consolidou os resultados do exercício de 2018 (“PED2018”) com os valores do PED/2015; (ii) o PED PPSP-R 2021, baseado no resultado deficitário do plano apurado em 31/12/2021, com contribuições iniciadas em 04/2023; e (iii) o PED PPSP-NR 2022, baseado no resultado deficitário do plano apurados em 31/12/2022, com contribuições iniciadas em 04/2024.

PP-2

O Plano Petros 2 possui uma parcela com característica de contribuição definida cujos pagamentos são reconhecidos no resultado. Até 31 de março de 2026, a contribuição da Companhia para parcela de contribuição definida no Plano Petros 2 foi de R\$ 1 (R\$ 1 até 31 de março de 2025).

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

FlexPrev

O Flexprev é o plano de previdência oficial da Vibra Energia desde dezembro de 2021. Criado na modalidade Contribuição Definida, é um plano mais moderno e alinhado às práticas de mercado. Os participantes oriundos dos planos PPSP-R, PPSP-NR e PP-2, também patrocinados pela Vibra, tiveram a opção de realizar a migração para o Flexprev.

O saldo das obrigações financeiras (instrumento de dívida) a ser pago à Petros resultante desta migração totaliza, em 31 de março de 2026, R\$ 121 referente ao PPSP-R (R\$ 126 em 31 de dezembro de 2025 referente ao PPSP-R). Os valores resultantes da migração dos participantes dos planos PPSP-NR e PP-2 foram quitados na ocasião do pagamento da entrada da amortização do saldo devedor, em 2022. O saldo remanescente será pago pelo prazo máximo de 15 (quinze anos).

Essas obrigações representam: (i) no PPSP-R e PPSP-NR: as contribuições futuras normais devidas aos participantes na condição de assistidos (inatividade), bem como os valores devidos, vencidos e não pagos e os vincendos em relação ao Plano de Equacionamento de Déficit (PED) implementado e a parcela cabível à VIBRA do resultado deficitário nos PPSPs, e (ii) no PP-2: equivale a parcela de resultado deficitário de responsabilidade da VIBRA.

Os valores descritos são objeto de atualização por recorrência até a data do efetivo pagamento de cada parcela, com correção pelas metas atuariais dos planos de origem (pro rata die), sendo PPSP-R (IPCA + 4,43% a.a.), PPSP-NR (IPCA + 4,37% a.a.) e PP-2 (IPCA + 4,75% a.a.).

As contribuições patronais relativas ao FlexPrev pagas no período findo em 31 de março de 2026 totalizaram R\$ 7 (R\$ 7 em 31 de março de 2025).

Plano de saúde

A partir do 4º trimestre de 2020, a Companhia contratou o plano de saúde da Bradesco Seguros, oferecendo o benefício de saúde (médico e odontológico) aos seus colaboradores, ex-colaboradores e seus dependentes em substituição ao plano de autogestão (AMS).

De acordo com a Lei nº 9.656/98, é assegurado ao colaborador aposentado, que contribuiu com o plano de saúde em decorrência de vínculo empregatício por meio de contribuições fixas e mensais, pelo prazo mínimo de 10 anos, o direito de manutenção como beneficiário, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho, desde que assumindo o pagamento integral.

Para os colaboradores com 10 anos ou mais de contribuição e que venham a se aposentar na empresa, a Vibra ofereceu a possibilidade da manutenção do benefício vigente à época da aposentadoria, mediante pagamento de quota parte da mensalidade estipulada pela Companhia e a respectiva coparticipação.

Aos colaboradores com tempo de contribuição entre 02 (dois) e 09 (nove) anos para o plano "AMS", a Vibra decidiu oferecer a possibilidade de continuidade do pagamento das mensalidades na condição de titular até que seja completado o período de 10 (dez) anos e desde que o colaborador se aposente na empresa, garantindo as condições de manutenção do plano, conforme regra descrita no parágrafo anterior.

Para aqueles com menos de dois anos de Companhia, o direito ao plano Bradesco foi dado pelo tempo de permanência na Companhia, respeitadas as regras da Lei nº 9.956/1998 e da RN 488 em caso de desligamento sem justa causa para os casos em que houve contribuição mensal ao plano de saúde (Lei nº 9.956/1998 e RN 488:

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

legislação que garante o direito à permanência no plano de saúde de 6 meses a 2 anos após desligamento sem justa causa a depender do tempo de contribuição ao plano).

Os aposentados com menos de dez anos de Companhia, tiveram direito à permanência no plano pelo período equivalente ao tempo de contribuição.

Para os ex-colaboradores que foram desligados nos programas de demissão (PIDV/PDO), na condição de não aposentado, e pela RN 488 foi mantido o prazo previamente determinado no momento do desligamento.

Para o grupo de aposentados e pensionistas com contribuição superior a 10 anos, o plano de saúde é vitalício (direito adquirido), contudo a partir de 2022 é observada redução gradativa do subsídio patronal ao longo de 7 anos, atingindo em 2028 o equilíbrio do custeio.

A Companhia extinguiu as contribuições fixas para os novos colaboradores e adota a partir de 2022 a redução gradativa do subsídio patronal, eliminando o fator gerador do passivo e segue buscando o aperfeiçoamento contínuo de seus procedimentos técnicos e administrativos, bem como aprimoramento dos diversos programas oferecidos aos beneficiários.

Em abril de 2022, a Companhia foi notificada acerca de duas liminares concedida pela Justiça do Trabalho em favor do Sindicatos de empregados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais (ACC 0100176-39.2022.5.01.0009, ajuizada no dia 09/03/2022 e ACC 0010217-76.2022.5.03.0017, ajuizada no dia 28/03/2022) determinando que a Companhia se abstenha de utilizar a variação de faixa etária para fins de estipulação de mensalidades do plano de saúde, adote o custeio 70/30 (70% pela empresa e 30% pelo usuário) relativamente aos aposentados e pensionistas; e realize o desconto do valor devido pelo usuário em folha/contracheque da PETROS, suspendendo a cobrança por meio de boleto.

A liminar concedida na ACC 0100176-39.2022.5.01.0009 foi mantida, conforme sentença e acórdão proferido pelo TRT da 1ª Região (RJ). O processo está aguardando julgamento de recurso interposto pela Vibra perante o TST.

A liminar concedida na ACC 0010217-76.2022.5.03.0017 foi revogada em razão do reconhecimento pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região de incompetência da Justiça do Trabalho para a apreciação de demandas envolvendo o plano de saúde fornecido pela VIBRA, cujo julgamento deve ser realizado pela Justiça Comum, conforme decisão do Superior Tribunal de Justiça proferida no Incidente de Assunção de Competência nº 5º. O acórdão do TRT da 3ª Região (MG) foi objeto de recurso para o Tribunal Superior do Trabalho (TST), que manteve a decisão. O processo está aguardando julgamento de recurso interposto pelo sindicato perante o STF.

Foram propostas, ainda, outras quatro ações coletivas por sindicatos e associações de aposentados. A ACC 0020293-35.2022.5.04.0017 (ajuizada no dia 28/03/2022) foi extinta sem julgamento do mérito, sob fundamento de prevenção do Juízo da 9ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, que recebeu a primeira demanda sobre o tema. Após a interposição de recursos pelas partes, foi proferido acórdão pelo TRT da 4ª Região (RS) que determinou o retorno do processo à 1ª instância para reabertura da instrução. Enquanto aguardava o julgamento de recurso junto ao TST, a Vibra apresentou reclamação constitucional ao Supremo Tribunal Federal, sob nº 67.994, que foi acolhida, de forma monocrática pelo Min. Gilmar Mendes, determinando-se a cassação do acórdão regional, devendo ser proferida nova decisão, sob a ótica de seus precedentes. Em atenção ao comando do Supremo, a 11ª Turma do TRT-4 proferiu novo acórdão, em 10/12/2025, reconhecendo a incompetência da Justiça do Trabalho e determinou a remessa à Vara Cível comum do Estado do Rio de Janeiro, razão pela qual o risco foi alterado para remoto. Em março/2026, houve o trânsito em julgado e a ação foi arquivada.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Na ação coletiva 0100266-33.2022.5.01.0046 (ajuizada no dia 06/04/2022) houve a concessão de liminar, confirmada por sentença e acórdão proferido pelo TRT da 1ª Região (RJ). O processo está aguardando julgamento de recurso interposto pela Vibra perante o TST.

Na ação coletiva 0100658-83.2022.5.01.0074 (ajuizada no dia 01/08/2022) houve a concessão de liminar e no dia 30/06/24 o processo foi concluso para sentença. Em 05/07/24, foi prolatada sentença desfavorável à VIBRA. Em 27/11/2025, foi proferido acórdão pela 1ª Turma do E. TRT-1ª Região, rejeitando o recurso interposto pela Companhia e mantendo a decisão de primeira instância. Atualmente, o processo está aguardando julgamento de embargos opostos pela Vibra perante o TRT da 1ª Região (RJ). Considerando o critério de classificação de risco adotado para as ações sobre o tema, mencionado após o relato do andamento dos processos, não houve alteração na expectativa de risco, já classificada como possível.

Na ação coletiva 0101013-75.2022.5.01.0080 (ajuizada em 18/11/2022) o Juízo prolatou sentença em que reconheceu a incompetência da Justiça do Trabalho. Em face dessa decisão, foi interposto recurso ordinário pelo sindicato perante o TRT da 1ª Região (RJ), que foi rejeitado em 03/09/2025 e em 05/12/2025, após julgamento de embargos de declaração, mantendo-se, integralmente a decisão anterior. O feito foi arquivado, definitivamente, em fevereiro/2026.

Na data de 22/11/2023, foi ajuizada a ação coletiva 0001367-03.2023.5.19.0001, em trâmite no TRT da 19ª Região (AL), na qual foi concedida liminar para determinar a manutenção das condições de custeio anteriores. A liminar em questão foi confirmada em sentença e acórdão proferido pelo TRT da 19ª Região (AL). O processo está aguardando julgamento de recurso interposto pela Vibra perante o TST.

Atualmente, existem cinco ações coletivas em tramitação sobre o tema, sendo que há um processo com decisão no TST favorável à VIBRA, reconhecendo a incompetência da Justiça do Trabalho para julgar o assunto (nº0010217-76.2022.5.03.0017), além de decisão monocrática proferida em sede de reclamação constitucional, referente ao feito nº 0020293-35.2022.5.04.0017, no mesmo sentido.

Em contrapartida, há quatro processos com decisões de segunda instância desfavoráveis à Vibra.

As ações em que houve a concessão de liminar e/ou a prolação de sentença desfavorável à VIBRA, considerando o contexto jurídico, arcabouço probatório, jurisprudência e legislação aplicáveis, foram classificadas como perda possível: 0100176-39.2022.5.01.0009, 0100266-33.2022.5.01.0046, 0100658-83.2022.5.01.0074, 0001367-03.2023.5.19.0001.

A única ação em curso, em que houve o reconhecimento de incompetência da Justiça do Trabalho, está classificada como perda remota, sob nº: 0010217-76.2022.5.03.0017. As demais reportadas anteriormente, por estarem arquivadas, tiveram suas pastas encerradas, são aquelas de nº 0101013-75.2022.5.01.0080 e nº 0020293-35.2022.5.04.0017.

Os riscos atuariais envolvidos no benefício de saúde são:

- (I) benefício saúde no pós-emprego;
- (II) sobrevida superior que a estabelecida nas tábuas de mortalidade;
- (III) rotatividade inferior a prevista; e
- (IV) crescimento dos custos médicos acima do esperado.

O plano de saúde não está coberto por ativos garantidores.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

*(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)***21 Provisão para Crédito de Descarbonização (CBIO)**

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Provisão para Créditos de Descarbonização	19	36	19	36
Total	19	36	19	36

No período houve provisionamento de CBIOs de R\$ 70 (nota 24.4) e aposentadoria de R\$ 87 (nota 13).

22 Patrimônio líquido**22.1 Capital social**

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o capital social totalmente subscrito e integralizado, no valor de R\$ 12.051, está composto por 1.198.563.531 ações ordinárias, representadas na forma escritural e sem valor nominal.

22.2 Ações em tesouraria

A quantidade de ações em tesouraria detida pela Companhia em 31 de março de 2026 é de 6.006.773 (6.026.424 em 31 de dezembro de 2025).

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui registrado no patrimônio líquido o montante de R\$ 122 de ações em tesouraria.

22.3 Movimentação de dividendos e juros sobre o capital próprio

	Consolidado	
	Período de três meses findos em 31 de março de	
	2026	2025
Saldo inicial	1.111	1.512
Adição/ Antecipação	394	350
Pagamento	(321)	(478)
Imposto de renda retido na fonte	(36)	(29)
Saldo final	1.148	1.355

Em 15 de abril de 2026, a proposta de dividendos foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária referente ao exercício de 2025, correspondente à distribuição de remuneração antecipada aos acionistas sob a forma de juros sobre o capital próprio no montante total de R\$1.200, para pagamento aos acionistas em 2026.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

22.4 Resultado por ação

	Período de três meses findos em 31 de março de	
	2026	2025
Numerador		
Lucro líquido	1.617	615
Denominador		
Média ponderada das ações em poder dos acionistas	1.198.554.938	1.114.511.146
Resultado por ação básico	1,3491	0,5518
Numerador		
Lucro líquido	1.617	615
Denominador		
Média ponderada das ações em poder dos acionistas	1.198.554.938	1.114.511.146
Potencial incremento de ações considerando o plano de incentivo	7.610.367	3.987.423
Média ponderada de ações ajustadas	1.206.165.305	1.118.498.569
Resultado por ação diluído	1,3406	0,5498

23 Receita de vendas

	Consolidado		Controladora	
	Período de três meses findos em 31 de março de		Período de três meses findos em 31 de março de	
	2026	2025	2026	2025
Produtos, serviços e energia				
Derivados de petróleo				
Diesel	23.272	22.412	21.385	21.603
Gasolina	15.027	13.161	14.263	13.090
Óleo combustível	600	855	600	855
Querosene de aviação	4.734	4.948	4.734	4.948
Lubrificantes	817	819	817	819
Outros derivados	484	403	458	398
Etanol	3.273	3.086	3.273	3.086
Gás natural	59	85	59	85
Produtos de <i>Supply-House</i> (a)	133	148	133	148
<i>Hedge Accounting</i>	15	-	15	-
Energia	1.714	1.279	10	8
Serviços e outros	174	146	22	21
	50.302	47.342	45.769	45.061
Juros embutidos no preço dos produtos	(204)	(327)	(204)	(327)
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	(151)	(130)	(149)	(128)
Bonificações por desempenho, prêmios e descontos	(245)	(238)	(245)	(238)
Receita bruta	49.702	46.647	45.171	44.368
Encargos de vendas	(1.602)	(1.741)	(1.185)	(1.454)
Receita de vendas	48.100	44.906	43.986	42.914

(a) Trata-se da venda de serviços e produtos químicos para a área de exploração e produção, abastecendo plataformas, sondas, FPSOs e unidades terrestres com os produtos indispensáveis às operações e demais aplicações, sendo o maior cliente a Petrobras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

*(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)***23.1 Passivos de contratos**

Estão classificados no grupo de Adiantamentos de Clientes e em 31 de março de 2026 perfazem o montante de R\$ 552 no consolidado e R\$ 537 na controladora (em 31 de dezembro de 2025 estes saldos eram R\$ 448 no consolidado e R\$ 383 na controladora).

O valor de R\$ 312 foi reconhecido como receita em 2026 e estava incluído no saldo de passivos de contrato no início do período (R\$ 243 em 31 de março de 2025).

24 Custo e despesas por natureza**24.1 Custo dos produtos vendidos e serviços prestados**

	Consolidado		Controladora	
	Período de três meses findos em 31 de março de		Período de três meses findos em 31 de março de	
	2026	2025	2026	2025
Produtos	(44.713)	(42.403)	(41.059)	(40.724)
Serviços de terceiros e aluguéis	(46)	(41)	(36)	(32)
Despesas com pessoal	(14)	(12)	(7)	(7)
Depreciação e amortização	(124)	(102)	(12)	(3)
Outras	(28)	39	(25)	(22)
Total	(44.925)	(42.519)	(41.139)	(40.788)

24.2 Despesas de vendas

	Consolidado		Controladora	
	Período de três meses findos em 31 de março de		Período de três meses findos em 31 de março de	
	2026	2025	2026	2025
Serviços de terceiros, fretes e aluguéis	(452)	(445)	(452)	(445)
Despesas com pessoal	(123)	(118)	(123)	(118)
Perdas com títulos incobráveis	(11)	(15)	(11)	(15)
Depreciação e amortização	(113)	(108)	(116)	(110)
Outras	(54)	(56)	(53)	(56)
Total	(753)	(742)	(755)	(744)

24.3 Despesas gerais e administrativas

	Consolidado		Controladora	
	Período de três meses findos em 31 de março de		Período de três meses findos em 31 de março de	
	2026	2025	2026	2025
Serviços de terceiros e aluguéis	(70)	(79)	(49)	(61)
Despesas com pessoal	(187)	(169)	(114)	(106)
Depreciação e amortização	(52)	(33)	(22)	(18)
Outras	(54)	(78)	(26)	(21)
Total	(363)	(359)	(211)	(206)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

*(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)***24.4 Outras receitas (despesas) líquidas**

	Consolidado		Controladora	
	Período de três meses findos em 31 de março de		Período de três meses findos em 31 de março de	
	2026	2025	2026	2025
Créditos de ICMS - Fim da definitividade	4	-	4	-
Créditos de PIS COFINS	-	398	-	398
Crédito de IPI sobre produtos imunes (nota 18.1)	807	-	807	-
Despesas de aluguéis	(24)	(21)	(24)	(21)
Ganho/perda MTM realizada/não realizada	183	-	-	-
Operações de hedge de commodities - importações em andamento	(217)	(5)	-	13
Operações de hedge de commodities - importações encerradas	5	(30)	-	(54)
Perdas e provisões com processos judiciais (nota 27.1)	(17)	(58)	(21)	(58)
Planos de pensão e saúde - inativos (nota 20)	(39)	(25)	(39)	(25)
Prêmios por desempenho e outros incentivos	(49)	(36)	(49)	(36)
Provisão crédito de descarbonização	(70)	(146)	(70)	(146)
Receitas de franquia, aluguéis e royalties	128	115	128	115
Receita de armazenagem conjunta	42	37	42	37
Recuperação de Créditos Tributários - PIS e COFINS	44	49	44	49
Relações institucionais e projetos culturais	(50)	(38)	(50)	(38)
Resultado com alienação/baixas de ativos	15	37	16	37
Valor justo investimento mantido para venda	50	-	50	-
Outros	(37)	37	(32)	33
Total	775	314	806	304

Notas explicativas às demonstrações contábeis

*(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)***25 Resultado financeiro, líquido**

	Consolidado		Controladora	
	Período de três meses findos em 31 de março de		Período de três meses findos em 31 de março de	
	2026	2025	2026	2025
Despesas				
Empréstimos e financiamentos	(614)	(645)	(471)	(460)
Arrendamentos	(20)	(13)	(22)	(16)
Encargos em financiamentos de fornecimento de produtos	(20)	-	(20)	-
Resultado de instrumento financeiro derivativo	5	(19)	-	38
Outras	(32)	(39)	(24)	(26)
	(681)	(716)	(537)	(464)
Receitas				
Por atraso de clientes	23	19	23	19
Financiamentos a clientes	29	41	34	46
Depósitos judiciais	18	13	18	13
Aplicações financeiras	81	188	37	142
Títulos e valores mobiliários	14	15	-	-
Resultado de instrumento financeiro derivativo	10	24	-	9
Outras	19	13	4	5
	194	313	116	234
Variações monetárias				
Arrendamentos	-	-	(2)	(6)
Empréstimos e financiamentos	(79)	(118)	(11)	(23)
Impostos	147	153	147	153
Resultado de instrumento financeiro derivativo	(15)	17	(15)	17
Outras	(1)	-	(3)	(4)
	52	52	116	137
Variações cambiais				
Resultado de instrumento financeiro derivativo	(273)	(505)	(362)	(505)
Derivativo embutido	(98)	(337)	-	-
Clientes	(27)	(24)	(27)	(24)
Fornecedores	32	2	35	(4)
Empréstimos e financiamentos	217	580	217	572
Aplicações financeiras	(10)	(23)	(10)	(23)
Outras	13	(13)	11	(11)
	(146)	(320)	(136)	5
Variações cambiais e monetárias, líquidas	(94)	(268)	(20)	142
Resultado financeiro	(581)	(671)	(441)	(88)

Os encargos dos financiamentos (juros, variação monetária e variação cambial) totalizaram R\$ 478 (nota 16.1) no período (R\$ 188 em 31 de março de 2025), sendo R\$ 476 reconhecidos no resultado e R\$ 2 como juros capitalizados (R\$ 183 e R\$ 5 respectivamente em 31 de março de 2025 reconhecidos no resultado).

26 Informações por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria Executiva.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Essas informações são elaboradas com base em itens atribuíveis diretamente ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

Os itens não alocados nos segmentos ficam agrupados no Corporativo e dizem respeito, principalmente, aqueles vinculados à gestão financeira corporativa, o overhead relativo à Administração Central e outras despesas, inclusive as atuariais referentes aos planos de pensão e de saúde destinados aos aposentados e beneficiários.

A Diretoria Executiva da Companhia avalia o desempenho dos negócios, a alocação de recursos, os resultados financeiros, as previsões e planos para os segmentos operacionais que se seguem: (i) Rede de Postos; (ii) B2B; e (iii) Renováveis. Doravante somente estes três segmentos terão seus resultados regularmente revistos e acompanhados pelo principal gestor das operações, com seu desempenho individual avaliado periodicamente pela Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração. Os resultados de participações em outras empresas, atualmente não controladas e avaliadas contabilmente pelo método da equivalência patrimonial, não serão considerados para fins de apuração do EBITDA.

Rede de Postos

Comercializa combustíveis derivados de petróleo, lubrificantes, gás natural veicular, biocombustíveis e produtos de conveniência da Companhia, objetivando alcançar as metas de mercado e de rentabilidade estabelecidas, bem como criar as condições favoráveis para o seu crescimento sustentável.

B2B

Comercializa combustíveis, derivados de petróleo, lubrificantes e presta serviços associados em todos os segmentos de atuação no mercado de grandes consumidores da Companhia. Adicionalmente, comercializa produtos e serviços de aviação nas instalações em aeroportos do país para companhias aéreas que operam o transporte para o exterior e mercado interno.

Renováveis

Composto por controladas que possuem em seu portfólio fontes de energia renováveis que provocam menos impactos negativos ao meio ambiente e que são uma alternativa ao modelo energético com uso predominante de combustíveis fósseis. Em 31 de março de 2026, representa o desempenho da Comerc Energia S.A..

Os ativos da Companhia, notadamente as bases, terminais e outros ativos fixos, não são apresentados por segmento à Diretoria Executiva, uma vez que são utilizados, sem segmentação, por todas as unidades de negócio. Da mesma forma, os passivos não são apresentados por segmento, uma vez que são gerenciados pela tesouraria central.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio – mar/26

	Rede de Postos	B2B	Renováveis	Total dos segmentos	Corporativo	Total	Reconciliação com as Demonstrações Contábeis	Total Consolidado
Receita de Vendas	28.862	17.802	1.587	48.251	-	48.251	(151) (a)	48.100
Marcação a Mercado	-	-	-	-	-	-	(96) (b)	(96)
Custo dos produtos vendidos	(26.778)	(16.639)	(1.384)	(44.801)	-	(44.801)	(124) (c)	(44.925)
Lucro (Prejuízo) bruto	2.084	1.163	203	3.450	-	3.450	(371)	3.079
Despesas								
Vendas, gerais e administrativas	(321)	(520)	(56)	(897)	(83)	(980)	(167) (d)	(1.147)
Tributárias	(3)	(3)	-	(6)	(15)	(21)	(38) (e)	(59)
Outras receitas (despesas), líquidas	(31)	833	-	802	(47)	755	20 (f)	775
Resultado de participações em investimentos	-	-	-	-	-	-	(7) (g)	(7)
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	-	(581) (h)	(581)
EBITDA Ajustado	1.729	1.473	147	3.449	(145)	3.204		
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos							(1.144)	2.060

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio – mar/25

	Rede de Postos	B2B	Renováveis	Total dos segmentos	Corporativo	Total	Reconciliação com as Demonstrações Contábeis	Total Consolidado
Receita de Vendas	26.970	16.868	1.198	45.036	-	45.036	(130) (a)	44.906
Marcação a Mercado	-	-	-	-	-	-	(47)	(47)
Custo dos produtos vendidos	(25.621)	(15.880)	(916)	(42.417)	-	(42.417)	(102) (c)	(42.519)
Lucro (Prejuízo) bruto	1.349	988	282	2.619	-	2.619	(279)	2.340
Despesas								
Vendas, gerais e administrativas	(332)	(480)	(72)	(884)	(75)	(959)	(156) (d)	(1.115)
Tributárias	(5)	-	-	(5)	(7)	(12)	(22) (e)	(34)
Outras receitas (despesas), líquidas	(19)	398	3	382	(5)	377	(63) (f)	314
Resultado de participações em investimentos	-	-	-	-	-	-	29 (g)	29
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	-	(671) (h)	(671)
EBITDA Ajustado	993	906	213	2.112	(87)	2.025		
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos							(1.162)	863

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Reconciliação com as demonstrações contábeis	31.03.2026	31.03.2025
(a) Receita de Vendas		
<u>Apropriação das bonificações antecipadas concedidas a clientes</u>		
As receitas de vendas são ajustadas pelas bonificações antecipadas concedidas, principalmente, aos revendedores dos postos de serviço para os quais a Companhia distribui combustíveis e lubrificantes. Correspondem à parcela disponibilizada, principalmente, em espécie e realizada sob condições pré-estabelecidas com tais partes, que uma vez cumpridas, tornam-se inexigíveis, sendo absorvidas como despesa pela Companhia. Trata-se de um regime de metas que, uma vez atingidas, isenta os clientes, revendedores dos postos de serviço, da devolução à Companhia desses valores antecipados a título de bonificação. São reconhecidas no resultado proporcionalmente aos seus prazos de vigência.	(151)	(130)
(b) Marcação a Mercado		
MTM - Compra e Venda Futura de Energia	(96)	(47)
(c) Custo dos produtos vendidos		
Depreciação e amortização	(124)	(102)
(d) Vendas, gerais e administrativas		
Depreciação e amortização	(165)	(140)
<u>Custos de Retenção</u>		
Despesas não recorrentes com plano de retenção	(2)	(16)
(e) Tributárias		
<u>Os ajustes de impostos referem-se a anistias fiscais e encargos tributários sobre receitas financeiras.</u>		
<u>Anistias fiscais</u> : trata-se das provisões referente a adesão aos programas de anistia instituídos por Leis Estaduais.	(22)	(4)
<u>Encargos tributários</u> : os ajustes são referentes aos gastos com IOF, PIS e COFINS incidentes sobre as receitas financeiras da Companhia e que estão classificados em despesas tributárias.	(16)	(18)
(f) Outras receitas (despesas), líquidas		
<u>Perdas e provisões com processos judiciais</u>		
Os valores ajustados se referem às perdas incorridas em processos transitados em julgado, bem como as provisões efetuadas com base nos pareceres obtidos junto aos advogados responsáveis pelo acompanhamento dos processos judiciais ou pela própria área jurídica da Companhia.	(17)	(58)
Operações de hedge de commodities - importações em andamento	-	(5)
Valor Justo - Disponível para Venda Evolua	50	-
Patrocínio e Doações Incentivadas	(13)	-
(g) Resultado de participações em investimentos	(7)	29
(h) Resultado Financeiro, líquido	(581)	(671)
Total	(1.144)	(1.162)

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

*(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)***26.1 Desagregação da Receita**

	Consolidado			
	Período de 3 meses findos em 31 de março de 2026			
	Rede de Postos	B2B	Renováveis	Total
Produtos e serviços				
No país				
Norte	2.464	1.409	-	3.873
Nordeste	6.600	3.778	-	10.378
Centro Oeste	3.211	1.553	-	4.764
Sudeste	11.488	7.667	-	19.155
Sul	5.099	1.623	-	6.722
No exterior	-	1.772	-	1.772
Energia	-	-	1.587	1.587
Total	28.862	17.802	1.587	48.251

	Consolidado			
	Período de 3 meses findos em 31 de março de 2025			
	Rede de Postos	B2B	Renováveis	Total
Produtos e Serviços				
No país				
Norte	2.190	1.396	-	3.586
Nordeste	6.353	3.078	-	9.431
Centro Oeste	3.152	1.768	-	4.920
Sudeste	10.301	7.216	-	17.517
Sul	4.974	2.421	-	7.395
No exterior	-	989	-	989
Energia (*)	-	-	1.198	1.198
Total	26.970	16.868	1.198	45.036

(*) A receita de Energia é substancialmente oriunda das atividades da comercializadora que compra energia no mercado livre, onde os preços podem variar entre regiões e é proveniente de como ela negocia a energia no mercado e não necessariamente a partir de cada região do país. Dessa forma, sua receita é analisada de forma consolidada, considerando os riscos de variações de preços, custos e as oportunidades de negociação em grande escala, não trazendo informações relevantes na desagregação por região.

27 Processos judiciais, administrativos, depósitos judiciais e contingências

27.1 Processos judiciais e administrativos provisionados

As principais ações provisionadas se referem aos seguintes eventos:

Processos Fiscais

(i) não homologação de compensações de tributos federais (exceto IPI) – processos da União (R\$ 76 em 31 de março de 2026 e R\$ 75 em 31 de dezembro de 2025).

(ii) ICMS – FEEF/FOT (Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal / Fundo Orçamentário Temporário) - demanda em que é discutida a constitucionalidade da cobrança de FEEF-RJ (Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal do Rio de Janeiro) e FOT-RJ (Fundo Orçamentário Temporário do Rio de Janeiro) sobre diferimentos de ICMS da Companhia, cujo resultado foi desfavorável aos contribuintes na ADI 5635, julgada pelo STF (R\$ 149 em 31 de março de 2026 e R\$ 145 em 31 de dezembro de 2025).

Processos Cíveis

(i) demanda que visa a indenização pela violação da cláusula de proporcionalidade entre os volumes de produtos adquiridos pelas autoras e o volume de cargas a serem transportados pela Ouro Verde, com a qual a Companhia firmou contratos vinculados de transporte e fornecimento de combustíveis. A Companhia foi condenada a ressarcimento de fretes e pagamento de perdas e danos às Autoras. Iniciado cumprimento de sentença, as Autoras apresentaram petição com a quantia que entendem devida: R\$ 1.041 como faturamento bruto, relativos a fretes não transportados para a Companhia e R\$ 83 a título de lucros cessantes, já tendo havido laudo pericial homologado pelo juízo. Contra esta decisão, autora e ré recorreram, tendo o recurso especial ao STJ. Em 05.09.2024 foi negado provimento ao Recurso Especial da Vibra. Apresentamos embargos de declaração, distribuídos ao Min. Buzzi, sendo rejeitados no dia 16.12.2025. E, a VIBRA interpôs Agravo Interno que aguarda julgamento. Este, em decisão monocrática proferida em 20.06.2025 negou o provimento em recurso especial interposto pela Ouro Verde mantendo a decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo quanto à fixação do percentual de 3,58% sobre a receita bruta como base para apuração dos lucros cessantes, em face desta decisão foi interposto Agravo em Recurso Especial. (R\$ 106 em 31 de março de 2026 e R\$ 103 em 31 de dezembro de 2025);

(ii) Feijó, Cavagnolli & Cia. Ltda. Trata-se de ação de indenização por Lucros Cessantes movida pela Feijó Cavagnolli em face da VIBRA em razão da não celebração de Contrato de Promessa de Compra e Venda Mercantil (CPCVM). Em 1988 foi editada uma lei municipal em que o município de Porto Alegre se comprometeu a ceder 14 postos para a exploração da Companhia, essa lei seria regulamentada por uma lei complementar (LC). A Companhia celebrou contrato de cessão de direitos com a Feijó em 1989, por meio do qual se comprometeu a ceder um dos postos do município ao revendedor assim que a LC fosse editada. O revendedor alega que realizou investimentos vultosos para firmar o contrato de cessão de direitos. Ocorre que quando a LC foi efetivamente editada, em 1996, o número de postos a serem cedidos à VIBRA foi reduzido de 14 para 6. Por isso, a VIBRA ficou impossibilitada de honrar o compromisso assumido com a Feijó de celebrar o CPCVM, razão pela qual a Feijó ingressou com ação de perdas e danos. Atualmente o processo encontra-se em fase de Liquidação de Sentença, tendo sido produzido laudo pericial que apurou o valor de R\$ 83 como o montante devido pela VIBRA a título de lucros cessantes. O laudo foi parcialmente homologado, e a VIBRA está recorrendo da decisão de homologação. (R\$86 em 31 de março de 2026 e R\$ 83 em 31 de dezembro 2025);

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

(iii) Lar Cooperativa Agroindustrial. Lar Cooperativa ajuizou ação declaratória de rescisão contratual em face da Companhia e da Stemac, pleiteando a rescisão do Contrato de Promessa de Compra e Venda Mercantil e sublocação de equipamentos que havia celebrado com ambas as empresas. Alegam onerosidade excessiva decorrentes de alterações legislativas que tornaram a aquisição de energia no mercado livre mais vantajosa do que a geração própria. O cumprimento de sentença foi iniciado, no valor de R\$ 78. A Vibra ajuizou ação rescisória, sendo deferido o pedido liminar para suspensão do cumprimento de sentença até o julgamento do mérito. Foi apresentada contestação pela LAR em outubro de 2025 (R\$ 49 em 31 de março de 2026 e R\$ 47 em 31 de dezembro de 2025).

Processos Trabalhistas

(i) Complementação/Suplementação de aposentadoria – processos trabalhistas envolvendo a Companhia e a Petros movidos por ex-empregados pleiteando diferenças nos valores recebidos em sua complementação de aposentadoria (R\$ 55 em 31 de março de 2026 e R\$ 60 em 31 de dezembro de 2025); e

(ii) RMNR/Periculosidade - pedido de pagamento do complemento da RMNR sem dedução do adicional de periculosidade do valor da RMNR, em que há decisão condenatória transitada em julgado contra a Companhia (R\$ 54 em 31 de março de 2026 e R\$ 52 em 31 de dezembro de 2025).

(iii) Adicional de periculosidade – executivo de venda - Ações judiciais nas quais os empregados/ex-empregados da Companhia nos cargos de Assessor Comercial/Profissional de vendas pleiteiam o pagamento do adicional de periculosidade sob o fundamento de que executam seu trabalho em condições perigosas, estando expostos aos agentes nocivos, na forma prevista na Norma Regulamentadora nº 16 do Ministério do Trabalho e do Emprego (R\$ 44 em 31 de março de 2026 e R\$41 em 31 de dezembro de 2025).

Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Consolidado (a)											
	31.03.2026						31.03.2025					
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Ambientais	Outras	Total	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Ambientais	Outras	Total
Saldo inicial	335	336	558	21	-	1.250	273	317	520	24	1	1.135
Adição, líquida de reversão	(20)	6	20	-	-	6	4	14	17	-	-	35
Utilização (*)	5	(3)	(37)	-	-	(35)	-	(8)	(27)	-	-	(35)
Transferência	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	(1)	-
Atualização	8	(1)	4	-	-	11	7	(2)	18	-	-	23
Combinação de negócios	-	-	-	-	-	-	3	7	4	-	-	14
Saldo final	328	338	545	21	-	1.232	287	329	532	24	-	1.172

(a) Valores da controladora não diferem substancialmente das informações do consolidado.

(*) O valor da baixa de depósitos judiciais é R\$ 4 no consolidado e na controladora em 31 de março de 2026, conforme nota 27.2 (R\$ 65 de dezembro de 2025 (consolidado e controladora)).

A Companhia possui ativos dados em garantia em processos judiciais, bem como garantias bancárias e seguro garantia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

*(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)***27.1.1 Processos judiciais provisionados e depósitos judiciais relacionados**

	Consolidado					
	31.03.2026			31.12.2025		
	Processos judiciais	Depósitos judiciais	Processos líquidos dos depósitos judiciais	Processos judiciais	Depósitos judiciais	Processos líquidos dos depósitos judiciais
Causas trabalhistas	338	42	296	336	45	291
Causas fiscais	328	228	100	335	215	120
Causas cíveis	545	47	498	558	52	506
Causas ambientais	21	2	19	21	2	19
Total	1.232	319	913	1.250	314	936

27.2 Depósitos judiciais

	Consolidado					Controladora	
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Ambientais	Total	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.033	149	149	2	1.333	1.331	
Adição, líquida de reversão	23	(5)	(13)	-	5	5	
Utilização (a)	(21)	(25)	(19)	-	(65)	(65)	
Atualização monetária / juros (b)	43	(19)	(4)	1	21	21	
Combinação de negócios	-	-	4	-	4	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.078	100	117	3	1.298	1.292	
Adição, líquida de reversão	21	(1)	(1)	-	19	19	
Utilização (a)	-	(2)	(2)	-	(4)	(4)	
Atualização monetária / juros (b)	19	-	-	-	19	18	
Saldo em 31 de março de 2026	1.118	97	114	3	1.332	1.325	

(a) Por pagamento de processos judiciais.

(b) Inclui ajustes das estimativas de atualização e juros de depósitos levantados.

A Companhia e suas investidas mantêm R\$ 319 (R\$ 314 em 31 de dezembro de 2025) de depósitos judiciais vinculados a processos judiciais provisionados (nota 27.1.1); R\$ 763 (R\$ 748 em 31 de dezembro de 2025) associados a contingências possíveis; R\$ 207 (R\$ 201 em 31 de dezembro de 2025) associados a contingências remotas; R\$ 28 (R\$ 32 em 31 de dezembro de 2025) referem-se a depósitos relacionados a processos nos quais a Companhia é autora e R\$ 15 (R\$ 3 em 31 de dezembro de 2025) referem-se a outros.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

*(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)***27.3 Processos não provisionados (perdas possíveis)**

Natureza	Consolidado		Controladora	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Fiscais	8.116	7.829	8.112	7.828
Cíveis	6.667	6.604	6.493	6.484
Trabalhistas	405	416	398	404
Ambientais	278	270	278	270
Total	15.466	15.119	15.281	14.986

Buscando a preservação de seus interesses e condições que lhe sejam favoráveis, a Companhia, eventualmente poderá realizar acordos extrajudiciais para cessar discussões com expectativa de perda classificada como possível. Apresentamos a seguir os principais processos não provisionados:

a) Processos de natureza fiscal

Descrição dos processos de natureza fiscal	31.03.2026	31.12.2025
Autores: Estados de GO, MS, PA, SP e TO		
1) Cobrança de ICMS-ST sobre remessa e devolução simbólica de querosene de aviação para revenda; consideração de estabelecimento atacadista como varejista; inidoneidade de documentação fiscal.	1.164	1.146
Autores: Estados de AM, CE, GO, MA, MG, MT, PA, PB, PE, PI, RJ, RN, SP e TO		
2) Processos nos quais a Companhia discute a não incidência de ICMS sobre a variação nos volumes de combustíveis por sobras e faltas nos estoques decorrente da operacionalização e transporte dos produtos. A Companhia recebe produtos da refinaria de petróleo faturados à temperatura de 20° C. Quando da comercialização (clientes consumidores), a Companhia vende o produto à temperatura ambiente, resultando em variação do estoque decorrente das variações volumétricas naturais em função da temperatura.	1.863	1.805
Autor: União		
3) Processos em que a Companhia discute a incidência de IPI sobre produtos derivados de petróleo e a possibilidade de manutenção de créditos de IPI sobre aquisição de insumos utilizados na produção de derivados de petróleo (ímmunes ao IPI).	728	745
Autores: Estados do AM e PE		
4) Cobrança de ICMS em supostas vendas de querosene de aviação sem destaque de ICMS para companhias aéreas nacionais e estrangeiras, para voos a outros estados ou para o exterior.	430	427
Autor: União		
5) Processos em que a Companhia é cobrada por dedução supostamente indevida de pagamento de juros sobre capital próprio na base de cálculo de IRPJ e CSLL.	486	471

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Descrição dos processos de natureza fiscal	31.03.2026	31.12.2025
Autores: Estados de AL, AM, MS, MT, PB, PI, RJ, RN, RS, SP, Distrito Federal e União		
6) Punição aplicada pelo descumprimento de obrigações acessórias relacionadas a recolhimento e creditamento de ICMS, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, incidentes sobre operações em geral pela Companhia.	210	109
Autores: Estado do AL, AM, BA, CE, GO, PB, PI, RO, SC e SP		
7) Processos em que a Companhia discute se existe ou não direito a crédito pelo ICMS pago quando do frete CIF em operações interestaduais acobertadas pela imunidade. Distinção entre operação e serviço de transporte.	321	302
Autor: União		
8) Processos em que a Companhia discute a Contribuição Previdenciária incidente sobre verba a título de PLR e prêmio por desempenho pagos aos empregados e/ou dirigentes.	244	228
Autor: União		
9) Discussão sobre a viabilidade quantitativa e qualitativa de compensações tributárias operadas pela Companhia, cujas DCOMPs não são homologadas pela Secretaria da Receita Federal - exceto créditos de IPI, tratados em outro perfil.	126	134
Autor: Estado do RJ		
10) Processo em que se discute a apropriação de crédito escritural de ICMS, tendo em vista que o Estado autuou a Companhia por suposta escrituração de créditos em duplicidade.	134	130
Autores: Estados do MT, PA e PE		
11) Processos em que a Companhia foi autuada pelo Fisco, exigindo-se ICMS relativo a operações de entrada a partir de transferências entre seus estabelecimentos.	167	164
Autor: Estados do CE, MT e RR		
12) Processos em que a Companhia foi autuada pelo Fisco, exigindo-se diferenças (complemento) em relação à apuração do ICMS / ST.	63	62
Autor: União		
13) Processos em que a VIBRA discute que o coque, após submetidos a determinados procedimentos físicos (peneiramento, fracionamento, granulometria) não perde a característica de produto derivado de petróleo e, portanto, imune ao IPI.	105	103
Autor: Estado do PA e União		
14) Caso em que a Companhia foi autuada em razão de recolhimento extemporâneo de tributo sem atualizar os valores na forma exigida pela Fiscalização.	81	87
Autor: União		
15) Processos em que a Companhia é autuada quanto ao não recolhimento de contribuição previdenciária patronal sobre verbas pagas como honorários a administradores, considerando-se suposta relação empregatícia desses com a Companhia.	176	222
Autor: Estado do RJ		
16) Processos em que a Companhia foi autuada por utilização de NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul) de produto com a qual o Estado não concorda, e cobra ICMS-ST que a Companhia entende indevido.	82	79

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Descrição dos processos de natureza fiscal	31.03.2026	31.12.2025
Autor: União		
17) Cobrança fiscal federal relativa ao tratamento dos recebimentos de subsidiárias da Eletrobras como regime de caixa, haja vista a dívida constituída e o rating indicar valor justo zero a receber.	413	401
Autor: Estado de GO		
18) Processos em que a Companhia é cobrada por não recolher percentual relativo ao Fundo de Combate à Pobreza juntamente com o ICMS.	61	61
Autor: Estados de AM, PA, PB, PE, PI, SC, SP e RJ		
19) Processos em que o Fisco acusa a Companhia de ter tomado/utilizado crédito em operações que não gerariam tal direito ao creditamento, como casos de aplicação indevida do princípio da não-cumulatividade.	41	46
Autor: Estado do RJ		
20) Processo em que se discute a exigência referente a crédito de ICMS no percentual de 10% sobre o total de benefícios concedidos pelo Estado do Rio de Janeiro.	118	109
Autor: União		
21) Processos em que a VIBRA discute a possibilidade de apropriação de créditos de PIS e COFINS sobre débitos pagos em anistia.	139	138
Autor: Estados de AL, CE, DF, GO, MG, MT, MS, PA, RJ, RN, SC, SP, SE e da União		
22) Processos em que não há mais discussão tributária, mas apenas sobre levantamento de garantias, pagamento de honorários e demais encargos sucumbenciais.	48	47
Autor: União		
23) Processos acerca de divergências de natureza quantitativa relativas a compensações tributárias realizadas pela Companhia, decorrentes do trânsito em julgado de demanda da Vibra para retirada do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS (Tema 69 de repercussão geral - STF), cujas DCOMP's não foram integralmente homologadas pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.	433	425
Autor: União		
24) Processos em que a Companhia discute a adequação de cobrança de contribuições sociais de interesse de categoria profissional.	42	19
Processos diversos de natureza fiscal	441	369
Total	8.116	7.829

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

*(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)***b) Processos de natureza cível****Descrição dos processos de natureza cível**

	31.03.2026	31.12.2025
Autor: Associação de Mantenedores Beneficiários da Petros – AMBEP		
Ação Civil Pública através da qual pretende que o custo de “equacionamento de déficit do Plano Petros 1”, seja imputado tão somente às patrocinadoras, administradores do plano de previdência complementar, bem como a fundos de investimento, e não aos participantes do plano, uma vez que o déficit teria sido causado por má gestão.		
1)		
Situação atual: Após recurso da Petros, foi firmada a competência da Justiça Federal do Distrito Federal. Ao longo de 2024 o processo foi redistribuído duas vezes por suspeição dos juízes designados, tendo a última redistribuição sido para a 1ª Vara Federal do DF em 9 de dezembro de 2024. Negada liminar para suspensão das cobranças extraordinárias requerida pela Associação.	2.890	2.780
Autor: WTorre Engenharia E Construção S.A..		
Procedimento arbitral instaurado pelas requerentes em virtude de imbróglio decorrente de suposta fraude à inexigibilidade de licitação para contratação de locação atípica (BTS) para operação do Terminal de Rondonópolis.		
2)		
Situação atual: Suspensa a arbitragem enquanto estiver eficaz a liminar favorável à Companhia deferida na Ação Civil Pública movida em face da W. Torre.	1.891	1.849
Autor: Francisco Messias Cameli		
Ação cível perante a justiça do Estado do Amazonas para cobrança de aluguel, em razão de sobrestadia de embarcações na Base de Distribuição de Cruzeiro do Sul.		
3)		
Situação atual: Em 23/06/2020 foi publicado o acórdão do julgamento em 2ª instância negando provimento ao recurso da Companhia, por maioria de votos, vencido o Desembargador Relator que dava provimento ao apelo recursal. Em 29/06/2020 a Companhia interpôs recurso de Embargos de Declaração, que foram rejeitados. Interposto pela Companhia o Recurso Especial, este foi admitido na origem e se encontra concluso ao relator no STJ.	326	316
Autor: Dislub Distribuidora De Lubrificantes Ltda.		
Autor moveu ação em face da Companhia objetivando a rescisão do contrato de distribuição, o pagamento de indenização a título de perdas e danos sobre uma série de alegados prejuízos e o pagamento de multa contratual. A Companhia foi condenada a reparar apenas o dano material, na forma de lucros cessantes. Porém, o cálculo do perito foi realizado com base nas vendas mensais dos produtos pela Dislub sem a dedução dos seus custos operacionais e tributários.		
4)		
Situação atual: Processo está em fase de recurso no STJ – Embargos de Divergência admitidos, porém ainda sem julgamento.	206	200
Autor: CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica		
Trata-se de discussão judicial sobre a multa imposta pelo CADE à Companhia e no bojo do Processo Administrativo por suposta prática anticoncorrencial de abuso de posição dominante, deflagrada por representação da GRAN PETRO contra as empresas que compõem o pool de aviação no aeroporto de Guarulhos-SP.		
5)		
Situação atual: Em 15/08/2025 foi proferida sentença favorável, julgando procedente o pedido de anulação da decisão do CADE. Opostos Embargos de Declaração pela GP e pelo CADE seguidos de contrarrazões da Vibra em 06/10/2025. Em que pese seus embargos ainda não terem sido julgados, o CADE apresentou apelação. Em 09/12/2025 foi proferida decisão reconhecendo a perda superveniente do objeto dos embargos de declaração do CADE em razão do protocolo da apelação, bem como rejeitando os embargos da Gran Petro. Em 16/01/2026, o CADE opôs novos embargos para que seja reconhecido seu direito de apreciação dos primeiros embargos rejeitados pela perda superveniente do objeto. Aguarda-se julgamento dos novos EDs.	85	83

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Descrição dos processos de natureza cível		31.03.2026	31.12.2025
Autor: CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica			
	Cuida-se de ação anulatória buscando ver desconstituída decisão administrativa do CADE oriunda de procedimento de investigação a respeito de supostos cartéis na revenda e distribuição de combustíveis em Belo Horizonte e adjacências.		
6)	Situação atual: Sentença de improcedência do pedido da Vibra proferida em 04/04/2025. Opostos Embargos de Declaração, desprovidos em 04/06/2025. Apelação interposta em 14/07/2025. O Agravo de Instrumento foi provido em parte para manter a liminar no tocante à suspensão da multa aplicada, mas não suspendeu o processo da ANP, considerando que não é parte neste processo.		
		104	102
Autor: Auto Viação Ouro Verde Ltda			
	Demanda que visa a indenização pela violação da cláusula de proporcionalidade entre os volumes de produtos adquiridos pelas autoras e o volume de cargas a serem transportados pela Ouro Verde, com a qual a Companhia firmou contratos vinculados de transporte e fornecimento de combustíveis.		
7)	Situação atual: A Companhia foi condenada a ressarcimento de fretes e pagamento de perdas e danos às Autoras. Iniciado cumprimento de sentença, as Autoras apresentaram petição com a quantia que entendem devida: R\$1.041 como faturamento bruto, relativos a fretes não transportados para a Companhia e R\$83 a título de lucros cessantes. O juízo já homologou laudo pericial, não acatando inteiramente os valores defendidos pela Ouro Verde, decisão confirmada pelo TJSP. Os valores homologados estão inteiramente refletidos pela Companhia em suas demonstrações financeiras. O valor em contingência aqui indicado representa a diferença entre o valor provisionado pela companhia e o total atualizado, conforme decisão no cumprimento de sentença. Autora e ré recorreram ao STJ em discussão sobre o laudo pericial. Em 05.09.2024 foi negado provimento ao Recurso Especial da Vibra. Apresentamos embargos de declaração no Resp, distribuídos ao Min. Buzzi, sendo rejeitados no dia 16.12.2025. E, a VIBRA interpôs Agravo Interno que aguarda julgamento. Este, em decisão monocrática proferida em 20.06.2025 negou o provimento em recurso especial interposto pela Ouro Verde mantendo a decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo quanto à fixação do percentual de 3,58% sobre a receita bruta como base para apuração dos lucros cessantes, em face desta decisão foi interposto Agravo em Recurso Especial.		
		131	127
Autor: Posto Pau de Vela Bahia Ltda			
	Autor pede o pagamento de indenização por danos causados ao posto em função de práticas (preços e prazos) que inviabilizariam a obtenção de lucro pelo autor além, dos gastos em investimentos e danos morais. Pautada na tese da responsabilidade objetiva, busca ter por ressarcidos os prejuízos ocasionados pelo descumprimento dos contratos firmados com a Companhia, especialmente no que tange aos lucros, de forma a remunerar seus custos operacionais proporcionando, assim a rentabilidade pactuada.		
8)	Situação atual: Foi juntado laudo pericial nos autos indicando que algumas condições comerciais impostas pela Companhia teriam sido um dos fatores que colaboraram para os prejuízos sofridos pela parte autora. Entretanto, não foi feita liquidação, de modo que não se pode afirmar ainda a exata extensão desses alegados danos. O laudo elaborado por assistente técnico da Companhia rebate as conclusões do perito nomeado pelo juízo. O perito foi intimado a se manifestar. O processo se encontra pendente de julgamento.		
		91	89

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Descrição dos processos de natureza cível	31.03.2026	31.12.2025
<p>Autor: Compasa - Compañía De Petróleo Y Asfalto Sociedad Anónima</p> <p>Trata-se de demanda indenizatória ajuizada pela COMPASA em face da Petrobras e Vibra, fundamentada em quebra de contrato de distribuição de produtos asfálticos firmado com a Vibra com cláusula de exclusividade. Na argumentação da autora, Petrobras e Vibra formariam o mesmo grupo econômico, sendo, portanto, solidárias no dever de exclusividade. Assim, tendo em vista que Petrobras vendeu asfaltos no Paraguai sem respeitar a exclusividade, tendo mantido as vendas mesmo depois de condenação por fundamento análogo em 2015, lhe seria devida indenização relativa ao prazo posterior a esta condenação.</p> <p>9)</p> <p>Situação atual: Prolatada sentença que, acolhendo a conclusão do laudo pericial, condenou a VIBRA e a Petrobras, solidariamente, ao pagamento de indenização no valor de USD 44.175.793,24. Petrobras e Compasa apresentaram embargos de declaração, que foram rejeitados em 24.04.2024. Apresentada apelação pela VIBRA e PETROBRAS que em março de 2025 foram providas para julgar improcedente a demanda. Foi apresentado recurso de embargos de declaração pela COMPASA, o qual foi rejeitado em 02.07.2025. Compasa recorreu para a Suprema Corte, que negou provimento ao recurso (decisão favorável à VIBRA). Esta decisão é irrecorrível, conforme legislação paraguaia..</p>	-	148
<p>Autor: Grycamp Transportes</p> <p>Ação indenizatória em razão da rescisão antecipada de dois contratos de transporte. Grycamp alega que sofreu prejuízos com perda faturamento pela redução do volume transportado e pede a condenação da Vibra em lucros cessantes pelo que deixou de transportar até o final do contrato e indenização pelos investimentos feitos na adaptação da frota.</p> <p>10)</p> <p>Situação atual: Sentença julgou improcedentes os pedidos da Autora, que opôs embargos de declaração, os quais foram rejeitados em 26.09.2024. Em nov/24 apresentado recurso de apelação pela Grycamp, o qual ainda não foi julgado definitivamente.</p>	53	50
<p>Autor: Ministério Público Federal</p> <p>Trata-se de ação civil pública, na qual se discute supostos danos aos direitos difusos gerados por excesso de peso de caminhões nas rodovias (danos materiais e morais), com pedido liminar.</p> <p>11)</p> <p>Situação atual: Em 04/07/2025 protocolamos petição apresentando laudo técnico. Em 08/07/2025 apresentamos as notas fiscais e tickets de pesagem dos veículos relativos às mercadorias comercializadas no Estado de Rondônia, entre 16/05/2025 a 30/06/2025, conforme requerido e deferido pelo MM. Juízo. Em 09/07/2025 foi realizada audiência de conciliação, infrutífera. Contestação apresentada em 30/07/2025. Em 16/08/2025 protocolamos petição apresentando os pontos controvertidos da demanda e requerendo a produção de prova testemunhal. Aguardando apreciação do pedido de tutela antecipada.</p>	59	56
<p>Autor: GLD Energia Ltda.</p> <p>Trata-se de demanda movida por EPCista, indicando a existência de valores a serem recebidos em decorrência de atrasos causados pela Comerc, bem como utilização de mão-de-obra direta e indireta muito além do previsto.</p> <p>12)</p> <p>Situação atual: Distribuído em 17/07/2024. Em 31/07/2024, determinada a citação das Empresas. Em 19/08/2024 foi juntado o primeiro mandado positivo em nome dos Réus. Em 09.09.2024, a Comerc opôs embargos monitórios. Em 30/09/2024, a GLD apresentou resposta aos embargos monitórios. Em 02.12.2024, as partes foram intimadas para se manifestarem a respeito da produção de provas. Em 04.12.2024, a GLD apresentou petição requerendo a produção de provas (testemunhal e perícia contábil). Em 21.01.2025, a Comerc apresentou petição reiterando a extinção da ação monitória. Em 10.03.2025, foi proferido despacho determinando a indicação da pertinência e finalidade das provas orais requeridas pela GLD. Em 28.03.2025, a GLD apresentou petição justificando a necessidade da produção de prova oral. Em 26.06.2025, a GLD informou que possui interesse na designação de audiência de conciliação. Em 03.06.2025, a Comerc informou que não possui interesse na designação de audiência de conciliação. Em 05.08.2025, foi designada audiência de conciliação para o dia 21.10.2025.</p>	45	45

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Descrição dos processos de natureza cível	31.03.2026	31.12.2025
Autor: FiberX Utilities e Energia Renovável S.A. Arbitragem relacionada aos contratos de empreitada para implantação de usinas fotovoltaicas celebrados pela Comerc com a Fiberx, com alegações recíprocas de inadimplemento. A Fiberx requer a condenação da Comerc ao pagamento de boletins de medição e multa pela rescisão dos contratos, bem como a devolução do valor da fiança bancária paga pelo Banco Daycoval. A Comerc requer a condenação da Fiberx ao pagamento de multa por inadimplemento e rescisão dos contratos.		
13) Em 23.05.2025 a arbitragem foi instaurada pela FiberX, indicando José Rogério Cruz e Tucci como co-árbitro. Em 03.06.2025, a Comerc foi notificada. Em 18.06.2025, a Comerc apresentou resposta ao requerimento, indicando Ivan Nunes Ferreira como co-árbitro. Em 08.08.2025, os co-árbitros indicaram José Emílio Nunes Pinto para atuar como presidente do Tribunal Arbitral. Aguarda-se a celebração do termo de arbitragem.	64	64
Autor: Hélio Valgas Solar Participações S.A. 14) Ação Anulatória de Ato Administrativo com pedido de Tutela Provisória Situação atual: Em 21/02/2026, fora proferida sentença de improcedência dos pedidos, com revogação da liminar deferida. Em 11/03/2026, houve interposição de recurso de apelação pela Companhia. Aguardando análise do recurso interposto.	41	31
Processos diversos de natureza cível	681	664
Total	6.667	6.604

c) Processos de natureza trabalhista

Descrição dos processos de natureza trabalhistas	31.03.2026	31.12.2025
Autores: Diversos Ações judiciais nas quais os empregados/ex-empregados da Companhia pleiteiam o pagamento do Complemento da RMNR sem a dedução do adicional de periculosidade.		
1)	69	70
Autores: Diversos Ações judiciais nas quais os empregados/ex-empregados da Companhia pleiteiam o pagamento do adicional de periculosidade sob o fundamento de que executam seu trabalho em condições de periculosidade, estando expostos a condições perigosas, na forma prevista na Norma Regulamentadora nº 16 do Ministério do Trabalho e Previdência.		
2)	78	77
Autores: Diversos Processos trabalhistas movidos por ex-empregados/empregados de empresas transportadoras de produtos contratadas pela Companhia.		
3)	40	41
Processos diversos de natureza trabalhista	218	228
Total	405	416

d) Processos de natureza ambiental

Descrição dos processos de natureza ambiental	31.03.2026	31.12.2025
Autor: Ministério Público do Estado de Goiás Ação Civil Pública por meio da qual o MP-GO pede a condenação da Companhia, da Transportadora ITA e do Município de Goiânia em danos ambientais decorrentes de derramamento de 12.000 litros de produto asfáltico em rios do Estado de Goiás, em razão de acidente ocorrido no momento da descarga do caminhão-tanque na Secretaria de Obras de Goiânia, cliente da Companhia.		
1)		
Situação atual: Processo em fase de produção de provas.	211	205
Processos diversos de natureza ambiental	67	65
Total	278	270

28 Compromissos contratuais

a) Contratos “take or pay” de compras

Em 31 de março de 2026, a Companhia possui compromissos de compras de óleo de xisto, para o período de dois anos, que correspondem a um valor total de R\$ 277 com a Paraná Xisto (R\$ 205 em 31 de dezembro de 2025).

Em 31 de março de 2026, a Companhia possui compromissos de compras de derivados de petróleo, para o período de um ano, que correspondem a um valor total estimado de R\$ 360 com a Petrobras (R\$ 218 em 31 de dezembro de 2025) e de R\$ 144 com a Refinaria Mataripe (R\$ 64 em 31 de dezembro de 2025).

b) Contratos “take or pay” de serviços

Em 31 de março de 2026, a Companhia possui compromissos com a Logum Logística S.A. referente a transporte dutoviário de etanol, num valor total restante estimado de R\$ 269 (R\$ 338 em 31 de dezembro de 2025), até março de 2029. O contrato envolve o suprimento das bases de São Paulo e Rio de Janeiro e prevê um volume mínimo a ser movimentado (*take or pay*) por cada trecho.

Em 31 de março de 2026, a Companhia possui compromissos referentes a serviço de armazenagem, para o período de doze anos, com TECIAP/Ciapetro -Rondonópolis, ao valor estimado de R\$ 47 (R\$ 29 em 31 de dezembro de 2025), para o período de onze anos, com SPE – Nordeste Logística, ao valor estimado de R\$ 109 (R\$ 86 em 31 de dezembro de 2025). Em 31 de março de 2026, a Companhia possui compromissos referentes a serviço de armazenagem, para o período de quatro anos, com a Granel Química, ao valor estimado de R\$ 223 (R\$ 170 em 31 de dezembro de 2025) e para o período de três anos com a CBL Terminais, ao valor estimado de R\$ 94 (R\$ 136 em 31 de dezembro de 2025).

Em 31 de março de 2026, a Companhia possui compromissos referentes a transporte ferroviário, para o período de 2 anos com a VLI Multimodal S.A., ao valor estimado de R\$ 116 (R\$ 72 em 31 de dezembro de 2025).

Em 31 de março de 2026, a Companhia possui compromissos referentes ao serviço de operações, para o período de 4 anos, com a Projel Engenharia Especializada, ao valor estimado de R\$ 60 (R\$ 64 em 31 de dezembro de 2025) e com a Navemestra Serviços, ao valor estimado de R\$ 54 (R\$ 55 em 31 de dezembro de 2025).

Em 31 de março de 2026, algumas controladas da Comerc possuem compromissos de investimentos em infraestrutura já firmados no montante total de R\$ 39 no segmento de geração distribuída para o ciclo 3 (consolidado Mori 3 e Ares 2) (R\$ 61 em 31 de dezembro de 2025), R\$2 para o ciclo 2 (R\$ 3 em 31 de dezembro de 2025) e R\$1 referente Trocas dos Módulos (R\$ 2 em 31 de dezembro de 2025) (consolidado).

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

*(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)***29 Instrumentos financeiros**

Apresentamos os principais instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial:

	Notas	Nível Hierarquia Valor Justo	Consolidado		Controladora	
			2026	2025	2026	2025
Custo amortizado						
Caixa e bancos	5		1.788	824	256	200
Aplicações financeiras	5		3.319	2.823	1.853	1.540
Caixa e aplicações restritas	6		184	136	-	-
Debêntures			378	363	-	-
Contas a receber	7		8.453	7.783	7.335	6.558
Total ativos ao custo amortizado			14.122	11.929	9.444	8.298
Valor justo por meio do resultado						
Fornecedores	15		5.626	5.013	3.914	4.199
Financiamento de fornecimento de produtos			738	-	738	-
Empréstimos e financiamentos	16		22.379	22.365	16.120	16.157
Credores por aquisição de participações			68	83	-	-
Total passivos ao custo amortizado			28.811	27.461	20.772	20.356
Valor justo por meio do resultado						
Instrumentos financeiros derivativos - contratos de commodities	30.2.1	2	236	42	5	1
Instrumentos financeiros derivativos - contratos futuros de comercialização de energia	30.2.1	2	5.166	5.618	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - derivativo embutido	30.1	2	-	40	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - swaps e NDFs	30.1	2	222	183	138	164
Total ativos ao valor justo por meio de resultado			5.624	5.883	143	165
Valor justo por meio do resultado						
Instrumentos financeiros derivativos - contratos de commodities		2	296	59	55	-
Instrumentos financeiros derivativos - derivativo embutido		2	58	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - contratos futuros de comercialização de energia		2	4.933	5.282	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - swaps e NDFs		2	504	311	497	309
Instrumentos financeiros derivativos - contratos de opções		2	159	194	-	-
Total passivos ao valor justo por meio de resultado			5.950	5.846	552	309

O valor justo dos empréstimos e financiamentos está apresentado na nota 16. Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa e outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis.

Valor Justo Hierarquia Nível 3

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, não há instrumentos financeiros avaliados pela Companhia como nível 3. A mensuração desses ativos e passivos envolvia *inputs* considerados significativos e não observáveis.

30 Gerenciamento de riscos

Os objetivos e as políticas de gerenciamento de riscos financeiros da Vibra Energia e suas controladas, bem como a natureza dos riscos envolvidos, não sofreram mudanças no período findo em 31 de março de 2026, permanecendo, portanto, os mesmos divulgados na nota 30 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

A natureza dos riscos inerentes às atividades da Vibra Energia e suas controladas está apresentada nas respectivas notas de riscos a seguir.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

*(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)***30.1 Risco cambial****Contratos de swap**

Em 31 de março de 2026, os empréstimos e financiamentos da Companhia indexados à variação de moedas estrangeiras encontram-se integralmente protegidos, tanto em prazo quanto em valor, por contratos de *swap*.

A controlada Hélio Valgas contratou instrumento financeiro derivativo para conversão da sua dívida de reais para dólares americanos visto que seu faturamento ocorre na respectiva moeda americana.

Os ganhos ou perdas com esses contratos de *swap* são registrados no resultado do período.

A Companhia e suas controladas possuem 7 (sete) contratos de *swap* na modalidade US\$ x DI e 1 (um) contrato na modalidade IPCA x US\$, demonstrados a seguir:

Contratante	31/03/2026							31/12/2025	
	Nacional (Milhões)				Valor justo (R\$ Milhões)		Resultado do Swap	Resultado descontado pelo risco de crédito	Resultado descontado pelo risco de crédito
	Ponta ativa		Ponta passiva		Ponta ativa	Ponta passiva			
				(a)	(b)	(a) - (b)			
Vibra Energia	USD	755	CDI 4.251	4.014	4.511	(496)	(481)	(247)	
Hélio Valgas	IPCA	683	USD 131	838	753	84	84	17	

O valor justo do *swap* é calculado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas de fluxos de caixa futuros de taxa flutuante são baseadas em taxas de *swap* cotadas, preços futuros e taxas de empréstimos interbancários. Os fluxos de caixa estimados são descontados usando uma curva de rendimento construída a partir de fontes semelhantes e que reflete a taxa interbancária de referência relevante usada pelos participantes do mercado para essa finalidade ao precificar swaps de taxa de juros. A estimativa do valor justo do resultado do *swap* está sujeita a um ajuste do risco de crédito que reflete o risco de crédito da contraparte, isso é calculado com base no risco de crédito da Anbima.

As operações de *swap* contratadas e vigentes em 31 de março de 2026 estão demonstradas a seguir:

Empresa	Moeda	Tipo de SWAP	Contraparte			Vencimento	Total da Dívida	Ponta Ativa	% Cobertura	Taxas Médias SWAP	
			Dívida	SWAP						Ponta Ativa	Ponta Passiva
Vibra Energia	USD	Pré x DI	NCE Citi	Citi Bank	fev-28	421	422	100%	6,33% a.a.	CDI + 1,05% a.a.	
Vibra Energia	USD	Pré x DI	NCE Citi	Citi Bank	fev-27	394	396	100%	6,61% a.a.	CDI + 1,15% a.a.	
Vibra Energia	USD	Pré x DI	4131 Scotia	Scotia Bank	abr-30	532	535	100%	4,4583% a.a.	CDI + 1,20%	
Vibra Energia	USD	Pré x DI	PPE Bofa	BofA	nov-29	669	669	100%	Sofr 6m + 1,85% a.a.	CDI + 0,92% a.a.	
Vibra Energia	USD	Pré x DI	PPE ICBC	ICBC	nov-29	267	267	100%	Sofr 6m + 1,85% a.a.	CDI + 0,52% a.a.	
Vibra Energia	USD	Pré x DI	PPE Bofa	BofA	jan-30	397	397	100%	Sofr 6m + 1,85% a.a.	CDI + 2,40% a.a.	
Hélio Valgas	BRL	IPCA x USD	Debêntures	BTG	jun-38	814	814	100%	IPCA + 8,2561%	6,91% a.a.	
Vibra Energia	USD	Pré x DI	4131 Scotia	Scotia Bank	ago-30	1.312	1.318	100%	4,3818% a.a.	CDI + 1,05%	

No exercício encerrado em 31 de março de 2026 foram efetuados pagamentos de ajustes de swap no montante de R\$125 no Consolidado e R\$125 na Controladora. Os recebimentos totalizaram R\$ 23 no Consolidado e R\$ 0 na Controladora.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

*(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)***Análise de sensibilidade – Efeito na variação do valor justo dos swaps**

A Companhia e suas controladas apresentam passivos atrelados à moeda estrangeira no balanço de 31 de março de 2026 e, com o objetivo de identificar possíveis distorções advindas das operações com instrumentos financeiros derivativos consolidados atualmente vigentes, uma análise de sensibilidade foi realizada. Foi estimado o valor justo potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos variando o fator de risco que impacta cada uma das posições. A análise de sensibilidade apresentada considera a mudança com relação à variável de risco assumida, mantendo constantes as demais.

O cenário provável representa o valor justo dos derivativos em 31 de março de 2026, calculado com base na PTAX de venda do último dia útil.

		31/03/2026				
Modalidade	Cenários	Valor justo (R\$ Milhões)		Resultado do Swap	Resultado descontado pelo risco de crédito	Δ Resultado SWAP pós desconto de Risco de Crédito
		Ponta ativa	Ponta passiva			
		(a)	(b)	(a) - (b)		
USD x CDI	Cenário provável	4.014	4.511	(496)	(481)	-
	Desvalorização do real frente ao dólar de 25%	5.015	4.511	504	492	973
	Valorização do real frente ao dólar de 25%	3.014	4.511	(1.497)	(1.454)	(973)
IPCA x USD	Cenário provável	838	753	84	84	-
	Desvalorização do real frente ao dólar de 25%	838	941	(103)	(103)	(188)
	Valorização do real frente ao dólar de 25%	838	565	272	272	188

	31/03/2026	25%	-25%
USDBRL	R\$ 5,22	R\$ 6,52	R\$ 3,91

Non Deliverable Forward - NDF

A Companhia contrata operações de hedge cambial para: (i) cobertura das margens comerciais inerentes às vendas de combustíveis de aviação para clientes estrangeiros, (ii) para proteção contra a variação cambial nas operações de importação de combustíveis, (iii) para hedge de estoques, (iv) para garantia de preço do Cartão Caminhoneiro.

Em relação ao faturamento de exportação em dólar dos clientes de aviação, ocorrido entre janeiro e março de 2026, o percentual de *hedge* contratado representou aproximadamente 100%. No tocante ao montante importado, a Companhia contratou hedge cambial, entre janeiro e março de 2026, para aproximadamente 100% das cargas da Vibra Energia, e para aproximadamente 100% das cargas da Vibra Importação, no mesmo período.

A política de gestão de risco financeiro da Companhia prevê a contratação de operações de *hedge* cambial para cobertura de, aproximadamente, 100% tanto do montante das exportações, de acordo com estimativa de venda, e das importações com liberações antes da data de vencimento.

A Comerc Energia S.A possui uma NDF (*Non-Deliverable Forward*) da modalidade asiática com vencimento em 15 de janeiro de 2027, com o objetivo de proteção contra a volatilidade cambial das receitas das controladas indiretas Hélio Valgas de III a V, cujos contratos de energia são precificados em dólares americanos.

As liquidações de todas as operações de *hedge* cambial com NDF, de janeiro a março de 2026, geraram um fluxo positivo para a Companhia de R\$1 e um fluxo negativo de R\$0 no consolidado. No mesmo período do ano anterior, geraram um fluxo negativo de R\$ 5 no consolidado e na controladora.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Cabe destacar que a Companhia e suas controladas não utilizaram nenhum outro instrumento derivativo nas operações de *hedge* cambial além do NDF e *Swap*.

Nenhuma das operações em questão exigiu o depósito de margens de garantia.

31.03.2026							
Contratante	Nocional (Milhões)			Valor justo (R\$ Milhões)		Vencimento	
	Posição comprada		Posição vendida	Posição comprada	Posição vendida		
Comerc Energia S.A.	USD	84	USD	115	-	(1)	1T26

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos derivativos de moeda estrangeira. O cenário provável é o valor justo em 31 de março de 2026, onde é calculado com base na PTAX de venda do último dia útil atualizada pelo cupom limpo, obtido no site da B3, que ajusta o valor de acordo com o vencimento de cada contrato. Dados intermediárias são interpoladas.

Derivativos de Moeda estrangeira	Empresa	Desvalorização do real frente ao Dólar (+25%)	Valorização do real frente ao Dólar (-25%)
Contratos a termo de dólar (NDF)	Comerc Energia	(9)	7

A seguir a análise de sensibilidade dos demais instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial:

Consolidado				
	Exposição em 31/03/2026	Risco	Cenário I	Cenário II
Ativos				
Disponibilidades	120	Dólar / Real	30	(30)
Contas a receber	15	Dólar / Real	4	(4)
Passivos				
Fornecedores	(355)	Dólar / Real	(89)	89
Financiamentos	(4.146)	Dólar / Real	(1.037)	1.037
Impacto no resultado				
Ganho/(perda)			(1.082)	1.082

Critérios

Cenário provável 1 - Desvalorização de 25% do real frente ao dólar. Cenário 2 - Valorização de 25% do real frente ao dólar.

(a) Derivativo embutido – contratos venda de energia

Parte da receita do projeto das controladas indiretas Hélio Valgas de I a V é indexada ao dólar americano estando sujeita às flutuações cambiais que podem impactar a rentabilidade do projeto.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

A Companhia avaliou o contrato de venda de energia firmado, o qual possui prazo de suprimento de 20 anos, possui um derivativo embutido relacionado à moeda estrangeira (dólares americanos), com necessidade de ser contabilizado separadamente. Essa conclusão é baseada no fato da moeda em questão não ser normalmente utilizada no ambiente econômico de compra e venda de energia, bem como as partes envolvidas também não possuem dólares americanos como moeda funcional. O derivativo embutido de moeda estrangeira é contabilizado a valor justo e remensurado também a valor justo a cada data-base. O registro é feito contra o resultado financeiro devido ao fato de ser um derivativo de moeda estrangeira.

O nocional envolvido no contrato de venda de energia em 31 de março de 2026 é de USD 345 (USD 522 em 31 de dezembro de 2025). A redução do valor do nocional deve-se, principalmente, pela descontratação de 25,8 MW médios do volume da energia precificada em dólares a partir de julho de 2026 relativos ao fechamento da operação envolvendo a Companhia e a Liga de Alumínio S.A (Liasa), mais especificamente envolvendo a geradora solar Hélio Valgas Solar III.

A variação do saldo está relacionada principalmente a atualização pela expectativa da inflação americana (realizada trimestralmente) do preço de venda da energia, sendo parcialmente compensada pela realização através da efetivação da receita ao longo do trimestre (entrega de energia).

Com a desvalorização do dólar americano ante o real no período compreendido, houve a alteração da posição do derivativo, passando de um saldo ativo para um passivo nas informações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para o derivativo embutido:

	Saldo em 31.12.2025	MTM (*)	Saldo em 31.03.2026
Derivativo embutido - contratos venda de energia em moeda estrangeira	40	(97)	(57)
<i>Ativo circulante</i>	3		-
<i>Ativo não circulante</i>	37		-
<i>Passivo circulante</i>	-		(4)
<i>Passivo não circulante</i>	-		(53)

30.2 Risco de taxa de juros

Contratos de derivativo – Swap IPCA x CDI

A Companhia possui quatro contratos desta modalidade, totalizando R\$ 2.013 de operações dessa natureza com vencimentos até fevereiro de 2033.

Contratante	31/03/2026						31/12/2025		
	Nocional (Milhões)		Valor justo (R\$ Milhões)		Resultado do Swap (a) - (b)	Resultado descontado pelo risco de crédito	Resultado descontado pelo risco de crédito		
	Ponta ativa	Ponta passiva	Ponta ativa (a)	Ponta passiva (b)					
Vibra Energia	IPCA/PRÉ	2.013	CDI	2.013	2.262	2.146	116	110	111

As operações de Swap contratadas e vigentes em 31 de março de 2026 estão demonstradas a seguir:

Moeda	Tipo de SWAP	Contraparte		Vencimento	Total da Dívida	Ponta Ativa	% Cobertura	Taxas Médias SWAP	
		Dívida	SWAP					Ponta Ativa	Ponta Passiva
BRL	IPCA x CDI	CRA 43	JP Morgan	set-31	1.052	1.052	100%	IPCA + 5,3995%	111,10% do CDI
BRL	IPCA x CDI	CRI 100	BofA	fev-32	261	261	100%	IPCA + 4,9781%	98,28% do CDI
BRL	Pré x CDI	DEBI 100	Itaú	fev-33	1.014	1.014	100%	15,13% a.a.	CDI + 0,12% a.a.

No período findo em 31 de março de 2026, foram efetuados pagamentos de ajustes de *swap* no montante de R\$ 14 (consolidado e controladora). Os recebimentos totalizaram R\$ 0 (consolidado e controladora).

Análise de sensibilidade – efeito na variação do valor justo dos swaps

A Companhia tem passivos em moeda nacional indexados ao IPCA no balanço de 31 de março de 2026 e com o objetivo de identificar possíveis distorções advindas das operações com instrumentos financeiros derivativos consolidados atualmente vigentes, uma análise de sensibilidade foi realizada. Foi estimado o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos variando o fator de risco que impacta cada uma das posições, a análise de sensibilidade apresentada considera mudança com relação a variável de riscos assumida, mantendo constantes as demais.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

O cenário provável representa o valor justo dos derivativos em 31 de março de 2026.

		31/03/2026		Resultado do Swap	Resultado descontado pelo risco de crédito	Δ Resultado SWAP pós desconto de Risco de Crédito
Modalidade	Cenários	Valor justo (R\$ Milhões)				
		Ponta ativa	Ponta passiva			
		(a)	(b)	(a) - (b)		
IPCA/ Pré x CDI	Cenário provável	2.262	2.146	116	110	-
	+ 25% na curva projetada de inflação implícita	2.261	2.146	115	109	(1)
	- 25% na curva projetada de inflação implícita	2.263	2.146	117	111	1

Segue a análise de sensibilidade dos principais ativos e passivos financeiros atrelados a taxas de juros pós-fixadas, em 31 de março de 2026.

		Consolidado			
		Risco	Cenário provável	+25%	-25%
Exposição em 31 de março de 2026		CDI	14,90%	17,53%	9,90%
		IPCA	4,46%	7,08%	4,14%
		SELIC	15,00%	17,66%	9,97%
		TR	0,90%	0,00%	0,00%
		IGPM	-1,05%	0,21%	0,13%
		INPC	4,18%	6,91%	4,05%

Instrumentos financeiros ativos

Debêntures a receber - IPCA	360	IPCA	54	64	36
Financiamentos a receber - CDI- 100%	238	CDI	35	42	24
Financiamentos a receber - IPCA- 100%	576	IPCA	26	41	24
Financiamentos a receber - IGPM - 100%	64	IGPM	(1)	0	0
Financiamentos a receber - INPC - 100%	104	INPC	4	7	4

Instrumentos financeiros passivos

Empréstimos e Debêntures em CDI	(11.718)	CDI	(1.746)	(2.054)	(1.160)
Empréstimos e Debêntures em IPCA	(5.479)	IPCA	(244)	(388)	(227)
Empréstimos e Debêntures em TR	(20)	TR	(0)	-	-

Resultado financeiro líquido, conforme estimativas

Ganho/(perda)		(1.708)	(2.096)	(1.191)
Varição do ganho/(perda)			(388)	517

Critérios

Cenário provável - considera as taxas de juros vigentes no mercado em 31 de março de 2026, foram utilizados como fontes: Banco Central do Brasil, IBGE, FGV e B3.

A análise de sensibilidade levou em consideração apenas a variação da taxa de juros em relação ao saldo devedor em 31 de março de 2026, não assumindo outras variações.

A tabela demonstra a receita (despesa) financeira líquida de um ano considerando os critérios mencionados acima.

30.2.1 Risco de preços

a) Commodities

Hedge accounting de fluxo de caixa

Desde o 4º trimestre de 2025, a Companhia decidiu implementar a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), conforme opção permitida pelo CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Essa alteração de política contábil, adotada de forma prospectiva, tem por objetivo o gerenciamento dos riscos financeiros sobre os fluxos de caixa associados às oscilações nas cotações de barril e nas variações cambiais dos preços das *commodities*, como gasolina e diesel. O *hedge accounting* é utilizado para o reconhecimento da totalidade dos contratos de *hedge* de *commodities* da Companhia.

Em 2026, a Companhia utilizou instrumentos derivativos como contratos futuros de RBOB e *Heating Oil*, reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data de contratação e, subsequentemente, mensurados ao seu valor justo. Os derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo, havendo saldos circulantes e não circulante, de acordo com a extensão dos contratos com as contrapartes.

Os instrumentos financeiros derivativos estão classificados como *hedges* de fluxo de caixa, destinados à proteção da exposição à variabilidade nos fluxos de caixa atribuíveis a um risco específico associado a uma transação prevista altamente provável.

No início de cada relação de *hedge*, a Companhia formalmente designa e documenta a relação de *hedge*, incluindo o objetivo da estratégia, a identificação do instrumento de *hedge* e do item protegido, a natureza do risco protegido e uma avaliação da eficácia esperada da relação de *hedge*, baseando-se no método *Dollar Offset*.

Para configurar se a relação de *hedge* se qualifica para contabilidade de *hedge*, a Companhia observa os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*;
- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam dessa relação econômica; e
- O índice de *hedge* da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a Companhia efetivamente protege e a quantidade do instrumento de *hedge* que a Companhia efetivamente utiliza para proteger essa quantidade de item protegido.

Eventualmente, a Companhia emprega uma estratégia de *cross hedge*, onde os instrumentos de *hedge* podem não ser idênticos ao item protegido, mas têm alta correlação. A Companhia pode realizar rolagens e encerramentos de contratos de *hedge* para alinhá-los às expectativas de vendas futuras altamente prováveis. As variações no valor justo dos contratos de *hedge* eficazes são reconhecidas em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido, e reclassificadas para o resultado no período em que a transação protegida se realiza, através da saída dos produtos (protegidos) do estoque devido à sua venda.

Qualquer parcela inefetiva dos contratos de *hedge* é reconhecida imediatamente no resultado. O saldo do *hedge* de fluxo de caixa é ajustado ao menor valor entre o ganho ou a perda acumulada no instrumento de *hedge* e a mudança acumulada no valor justo do item objeto de *hedge*.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Com a adoção do *hedge accounting* de fluxo de caixa para proteger a Companhia das oscilações nos preços das *commodities*, o item protegido é a expectativa altamente provável das receitas de vendas dos combustíveis, caracterizando-se como um item *off-balance*. Assim, o valor justo dos instrumentos de *hedge* é registrado como ajuste de avaliação patrimonial até o reconhecimento contábil da receita. O item de *hedge*, que é a receita de vendas, e o resultado do instrumento de *hedge*, que é contabilizado no custo dos produtos vendidos (Nota 9) são reconhecidos conjuntamente para, dessa forma, refletir adequadamente a eficácia da estratégia.

Os montantes acumulados em ajuste de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado no mesmo período ou períodos durante os quais os fluxos de caixa protegidos afetam o resultado.

O *hedge accounting* reduz o descasamento no resultado contábil-financeiro, proporcionando maior previsibilidade e estabilidade. Ao mitigar os riscos de mercado, a Companhia assegura a estabilidade dos fluxos de caixa futuros, protegendo suas receitas. Além disso, permite o reconhecimento adequado das mudanças nos instrumentos de *hedge*, alinhando a contabilização com a realidade econômica da Companhia.

Sem a adoção do *hedge accounting*, as variações no valor justo dos instrumentos financeiros impactariam diretamente o resultado do período, refletindo apenas as condições de mercado momentâneas e não a estratégia econômica e financeira da Companhia. Dessa forma, o *hedge accounting* contribui para a sustentabilidade e a resiliência financeira da Companhia.

A aplicação normativa, também reforça a governança corporativa, demonstrando um gerenciamento de riscos financeiros transparente e alinhado com as melhores práticas internacionais. A utilização do *hedge accounting* qualifica as tomadas de decisões internas, uma vez que o efeito contábil esperado segue as mesmas premissas da gestão de risco, aumentando a eficiência e precisão das estratégias internas.

Teste de Efetividade Quantitativo

O método *Dollar Offset* compara a mudança no valor justo ou no valor presente dos fluxos de caixa do instrumento de *hedge* com as mudanças no valor justo ou no valor presente dos fluxos de caixa do item protegido. O método pode ser usado na realização das avaliações prospectivas e/ou retrospectivas de eficácia. O objetivo é assegurar que as variações compensatórias estejam dentro de uma faixa aceitável, garantindo a conformidade com os requisitos contábeis aplicáveis.

Os resultados auferidos com a estratégia de *hedge accounting* estão apresentadas nas notas a seguir.

Ativo Subjacente	Instrumento Financeiro	Riscos	Expectativa de Realização (Posições em Aberto)	
			31/03/2026	31/12/2025
RBOB	Futuro	Δ Gasolina NY	2	-
Heating Oil	Futuro	Δ Diesel	(37)	1
Moeda	NDF	Δ Dólar	8	2
Total em Patrimônio Líquido (desconsiderando impostos)			(27)	3

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Valor justo			
31/03/2026			
	Ativo	Passivo	Ativo/Passivo líquido
Operações em aberto com Futuros designadas	19	(61)	(42)
Commodities	6	(55)	(49)
Moeda (NDF)	13	(6)	7
	Receitas	Despesas	Resultado líquido
Reconhecimento no período	32	(353)	(321)
Reclassificação de ORA (Reconhecimento do Objeto) *	18	(322)	(304)
Inefetividade de Hedge **	14	(31)	(17)

b) Derivados de Petróleo

Atualmente a política de preços da Petrobras para gasolina e diesel leva em consideração fatores como sua capacidade produtiva de refino e, apesar da alteração ocorrida em 2023, a nova política de preços se mantém ainda próxima à paridade de importação. Com isso, o preço dos derivados de petróleo no mercado interno sofre alterações, ainda que menores, devido aos movimentos de preços do mercado internacional.

No mercado internacional, os preços praticados para venda do petróleo e seus derivados são influenciados por diversos fatores de caráter macroeconômico, geopolítico, capacidade de produção por parte da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), impactos no meio ambiente e desenvolvimento de novas tecnologias e fontes alternativas de energia, dentre outros.

Tendo em vista esses fatores diversos, alheios ao controle da Companhia, de forma a mitigar o risco de commodity e favorecer o alinhamento entre o fluxo de receita e despesa, a Companhia passou a realizar operação de hedge para as cargas compradas no mercado internacional. Desta forma, acredita-se que os custos e receitas da Companhia estejam mais aderentes ao planejado, fazendo com que o fluxo de caixa seja preservado, assim como a rentabilidade dos negócios.

Conforme política de gestão de risco, todas as operações com derivativos de commodity possuem lastro em atividades comerciais e de suprimento.

A análise de sensibilidade desses derivativos está apresentada a seguir:

Contratos							(em milhões de reais)		
Empresa	Tipo	Unid	Quantidade	Preço Médio de venda	Fechamento em 31.03.2026	MTM (Valor do Contrato)(*)	Cenário Possível (Δ de 25%)	Cenário Possível (Δ de 50%)	
Vibra Energia	RBOB (Gasolina)	cpg	72	1.651	1.672	(1)	(13)	(26)	
Vibra Energia	HO (Diesel)	cpg	766	1.995	2.147	(49)	(222)	(394)	
Vibra Trading Importação	Etanol	m ³	270	2.577	2.666	(1)	(6)	(12)	
Vibra Trading Importação	Moeda (USD)	R\$	(295)	5	5	-	-	-	
Ptax Venda 31/03/2026:				5,2194					

Vibra Trading BV

Tipo	Quantidade	(em milhões de reais)		
		MTM	Cenário Possível (Δ de 25%)	Cenário Possível (Δ de 50%)
Biodiesel	140	4	11	19
Petróleo bruto	25	(11)	(8)	(5)
Diesel	(53)	(4)	(8)	(12)
Ebob	(3)	14	15	16
FFA	(19)	(3)	(4)	(5)
Gasolina	(318)	25	(24)	(73)
Nafta	(3)	(24)	(31)	(38)
S10	15	2	-	(2)
Ptax Venda 31/03/2026:			5,2194	

c) Contratos futuros de comercialização de energia

No âmbito das operações de trading, a Comerc Energia assume posições compradas ou vendidas de energia conforme sua estratégia e projeção de preços futuros, as quais estão sujeitas a volatilidade. Caso tais preços sofram uma variação relevante, a rentabilidade da Comerc pode ser afetada.

As diferenças entre os volumes de energia gerada ou adquirida (oferta) e os volumes de energia vendida ou consumida (demanda) são liquidadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). O PLD é calculado para cada submercado em base diária, e baseia-se no Custo Marginal da Operação (CMO), limitado a valores mínimos e máximos definidos pela ANEEL. Os valores máximo e mínimo do PLD são revistos e estabelecidos a cada ano pela ANEEL. As variações nos preços de mercado de curto prazo podem levar a perdas potenciais na atividade de comercialização. Os fatores que poderão afetar o PLD incluem (i) variações na carga prevista e identificada; (ii) redução/aumento da afluência prevista e verificada; (iii) antecipações ou atrasos no início das operações de novos geradores e/ou transmissores; e (iv) variações na geração prevista e verificada de pequenas usinas. A ocorrência de qualquer um desses fatores poderá levar a uma variação substancial no PLD, e este (e os próprios fatores citados acima), também afetam toda a estrutura a termo dos preços de energia, inclusive o longo prazo (em menor escala, observa-se que a volatilidade reduz com o prazo) o que pode resultar no aumento de custos ou redução de receita na comercialização de energia, e ainda poderá afetar negativamente o fluxo de caixa.

Eventualmente poderá ocorrer, ainda, mudança da metodologia de formação de preço de uma estrutura de modelos computacionais para formação de preço por oferta. Essa alteração poderá mudar a volatilidade de preços de curto prazo e conseqüentemente nos preços de médio e longo prazo.

Ademais, o risco de variação de preços de mercado pode afetar as posições das empresas de comercialização (e, também afeta a exposição residual da geração centralizada), com possível efeito relevante nas receitas e resultado do grupo econômico da Companhia como um todo.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Valor justo dos contratos futuros de energia

A Comerc Energia e as controladas do segmento de trading possuem contratos futuros de energia com vencimento até o exercício de 2045.

O valor justo dos contratos de compra e venda de energia foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. A taxa de desconto utilizada tem como referência a taxa de retorno livre de risco de mercado, ajustada pelo índice de inflação de cada contrato, quando aplicável.

O resultado real dos instrumentos financeiros (contratos futuros), podem variar, uma vez que as marcações desses contratos foram realizadas considerando as respectivas datas-bases.

O efeito de marcação a mercado é registrado na margem operacional por se tratar de operação principal do segmento de comercialização de energia.

Análise de sensibilidade sobre as operações de compra e venda de energia

O principal fator de risco é a exposição à variação dos preços de mercado da energia. A variação da taxa de desconto não impacta de forma relevante o valor justo apurado.

As análises de sensibilidade foram preparadas, considerando, para os cenários 1 e 2, a elevação ou queda de 25% e 50% nos preços futuros, aplicados sobre a curva futura de preços de mercado, para cada uma das datas de vencimento das obrigações contratuais. A Companhia entende que o cenário provável está refletido nos montantes contabilizados, uma vez que esses contratos estão marcados a mercado com base em cotações disponíveis. Os resultados obtidos estão demonstrados a seguir:

	Variação no preço	Posição em 31.03.2026	Cenários projetados	
			Cenário 1 (25%)	Cenário 2 (50%)
Ganhos não realizados em operações de compra e venda de energia	Elevação	233	16	(200)
	Queda	233	448	664

30.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia está associado a dificuldades para liquidação de seus passivos financeiros nos devidos vencimentos, em virtude de possíveis insuficiências de caixa ou de ativos financeiros. Para monitoramento desse risco, a Companhia centraliza a gestão do caixa na área financeira, trabalhando com previsões de fluxos de caixa que são revistas mensalmente e discutidas em fóruns e comitês executivos representativos.

As principais fontes de liquidez da Companhia e de suas controladas derivam (a) do fluxo de caixa gerado por suas operações, (b) do saldo de caixa e aplicações financeiras e (c) de eventuais empréstimos e financiamentos.

A Companhia acredita que essas fontes são adequadas para atender aos seus usos de fontes atuais, o que inclui, mas não se limita a capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

O fluxo não descontado a valor presente do principal e juros dos empréstimos e financiamentos, por vencimento, é apresentado a seguir:

Período	Consolidado						2032 em diante	Total
	2026	2027	2028	2029	2030	2031		

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Principal	357	2.772	2.999	3.474	4.454	2.743	4.168	20.967
Juros	2.094	2.336	2.168	1.908	1.515	1.130	3.490	14.641
Total	2.451	5.108	5.167	5.382	5.969	3.873	7.658	35.608

O restante dos passivos financeiros possui expectativa de realização de curto prazo, e estão consequentemente classificados no passivo circulante, com exceção dos derivativos que possuem prazos diversos conforme divulgado nas notas acima.

30.4 Risco de crédito

A exposição ao risco de crédito na Companhia surge a partir do fornecimento de produtos a prazo, decorrente de suas operações comerciais usuais, das aplicações financeiras e instrumentos de proteção e instrumentos financeiros destinados à proteção (*hedge*).

Risco de Crédito de Contrapartes Comerciais

A Política de Crédito e Cobrança da Companhia define esferas de aprovação para cada cliente considerando o valor solicitado e estabelece prazos de vigência de limites, de forma a permitir reavaliação periódica da situação de cada cliente com relação ao risco que este possa representar.

Na análise são avaliados os comportamentos de pagamento do cliente e de seu grupo econômico, as restrições de mercado, as garantias reais (hipotecas), as garantias pessoais (fianças) e realizadas análises de balanço. A Companhia utiliza-se de tabela de limite de competência aprovada pela Administração para concessão de crédito.

A carteira de crédito comercial da Companhia é bastante diversificada, atendendo clientes da rede automotiva e grandes consumidores, representados, principalmente, por indústrias, transportadoras, clientes governo e setor aéreo. A exposição ao risco de crédito está representada, principalmente, pelo saldo de contas a receber. A expectativa de liquidação desses recebíveis está detalhada na nota 8.

A carteira da Companhia somava R\$ 18.026 em 31 de março de 2026 (R\$ 17.359 em 31 de dezembro de 2025).

As perdas de crédito esperadas se baseiam em premissas de risco de default, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras.

A Companhia avalia a estimativa de perdas dos créditos com base nos segmentos e histórico de pagamentos dos clientes. As taxas são calculadas considerando o comportamento dos últimos 3 (três) anos, sendo reavaliadas trimestralmente.

A seguir a matriz atualmente vigente:

	A Vencer	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 365 dias	Mais de 365 dias
Cientes						
Rede de Postos	0,02%	24,84%	39,97%	50,57%	62,47%	100,00%
B2B	0,06%	17,41%	39,68%	54,26%	64,75%	100,00%
Renováveis	0,04%	11,77%	22,91%	33,31%	100,00%	100,00%

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

*(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)***Risco de Crédito de instituições financeiras**

Na análise de risco de crédito de instituições financeiras é realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating através de limites de: (i) Rating Mínimo em escala Local; (ii) PL Mínimo da Instituição Financeira; (iii) % de exposição ao PL da Instituição financeira e (iv) % de exposição máxima da Companhia a uma instituição financeira.

O crédito concedido a instituições financeiras, nas operações derivativos, está distribuído entre os principais bancos internacionais considerados pelas classificadoras internacionais de riscos como Grau de Investimento e os mais importantes bancos brasileiros, conforme o *rating* a seguir:

Nome do Banco	Empresa	País da agência bancária	Rating Escala		Rating Escala	
			Nacional	Agência de Risco	Global	Agência de Risco
Banco Bradesco	Vibra/Comerc	Brasil	AAA	Fitch	BB	S&P
Banco do Brasil	Vibra/Comerc	Brasil	AAA	Fitch	BB	S&P
Banco Itau Unibanco	Vibra/Comerc	Brasil	AAA	Fitch	BB+	Fitch
Banco Safra	Vibra	Brasil	AAA	Moody's	BB	S&P
Banco Santander S.A. - Brasil	Vibra/Comerc	Brasil	AAA	S&P	BB	S&P
Caixa Econômica Federal	Vibra/Comerc	Brasil	AAA	S&P	BB	Fitch
Citibank	Vibra	Brasil	AAA	Fitch	BB	S&P
Banrisul	Vibra	Brasil	AA+	Fitch	BB-	S&P
JP Morgan	Vibra	Brasil	AAA	S&P	-	-
JP Morgan	Vibra	Estados Unidos	-	-	A	S&P
BRASIL (País)	Vibra		AAA	S&P	BB	Fitch
Vibra Energia S.A.	Vibra	Brasil	AAA	Moody's	BB-	S&P
Scotia Bank	Vibra	Canadá	-	-	A+	S&P
MUFG	Vibra	Estados Unidos	-	-	A-	Fitch
MUFG	Vibra	Brasil	AAA	S&P	-	-
BofA	Vibra	Estados Unidos	-	-	A-	S&P
BNP	Vibra	França	-	-	A+	Fitch
ABC	Comerc	Brasil	AAA	Moody's	BB+	Fitch
BRDE	Comerc	Brasil	AAA	Fitch	BB	Fitch
BNB	Comerc	Brasil	AAA	S&P	BB	Fitch
BNDES	Comerc	Brasil	AAA	Moody's	BB	S&P
XP	Vibra/Comerc	Brasil	AAA	Fitch	AAA	S&P
BTG Pactual	Vibra/Comerc	Brasil	AAA	Fitch	BB+	Fitch
ICBC	Vibra	Brasil			A-	Moody's

Garantias concedidas a clientes

A Companhia possui operações de financiamento de revendedores na venda de imóveis próprios, caracterizadas como “operações de *vendor*”, nas quais a Vibra emite garantias ao Santander, preservando a alienação fiduciária do bem até a quitação integral das obrigações pelos clientes. Nessas operações, o montante máximo de exposição em 31 de março de 2026 é de R\$ 215, sendo o último vencimento em fevereiro de 2031.

30.5 Gestão de capital

A gestão do capital consiste no conjunto de processos que visam assegurar que a Companhia mantenha adequada base de capital para o desenvolvimento de suas atividades, fazendo face aos seus compromissos financeiros e riscos, almejando manter um perfil adequado de endividamento e garantindo retorno aos seus acionistas. A Companhia poderá alterar a sua estrutura de capital conforme as condições macroeconômicas, bem como em virtude do processo de desenvolvimento de projetos orgânicos e inorgânicos do portfólio.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Financiamentos (nota 16)	22.379	22.365	16.120	16.157
Financiamento de fornecimento de produtos (nota 15)	738	-	738	-
Arrendamentos (nota 17)	880	851	798	806
Dívida bruta de financiamentos e arrendamentos	23.997	23.216	17.656	16.963
Instrumento Financeiro Derivativo (<i>swap</i>)	287	119	371	136
Dívida bruta após instrumento derivativo	24.284	23.335	18.027	17.099
Menos: caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	(5.107)	(3.647)	(2.109)	(1.740)
Menos: caixa e aplicações restritas (nota 6)	(184)	(136)	-	-
Menos: debêntures	(378)	(363)	-	-
Endividamento líquido	18.615	19.189	15.918	15.359

30.6 Mensuração ao valor justo

As mensurações do valor justo são classificadas em diferentes níveis em uma hierarquia, conforme descrito a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis:

- Nível 1 - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
- Nível 3 - são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

A Companhia classifica um instrumento financeiro mensurado a valor justo como nível 3, quando um ou mais dos dados significativos não forem observáveis.

Em 31 de março de 2026, o valor justo estimado para os financiamentos da Companhia, calculado a taxas de mercado vigentes, é apresentado na nota explicativa 16.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

*(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)***31 Partes relacionadas****31.1 Transações comerciais e outras operações****31.1.1 Por empresa**

	Consolidado					
	Resultado		Ativo		Passivo	
	31.03.2026	31.03.2025	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Empreendimentos controlados em conjunto da Companhia						
Evolua	-	-	-	-	-	480
Navegantes	1	1	37	64	-	-
Nordeste I	-	-	10	9	-	1
	1	1	47	73	-	481
Empreendimentos controlados em conjunto / Coligadas da Comerc						
Estrela do Norte Geração de Energia SPE - Matriz (SPE I)	15	15	296	285	8	-
Estrela do Norte SPE II S.A.	-	-	92	89	-	-
Micropower Comerc Energia	1	1	32	30	-	-
Newcom Comercializadora Ltda	15	17	5	5	-	6
Ventos de Santa Amélia	-	-	-	7	-	-
Ventos de Santa Alice	-	-	1	1	-	-
Ventos de Santo Abelardo	-	-	-	2	-	-
Ventos de São Felipe	-	-	1	1	-	-
Ventos de São Mizael	-	-	1	1	-	-
RDVE	-	-	1	1	-	-
Outros	-	-	3	9	-	-
	31	33	432	431	8	6
Total	32	34	479	504	8	487

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

	Controladora					
	Resultado		Ativo		Passivo	
	31.03.2026	31.03.2025	31.03.2026	31.12.2025	31.03.2026	31.12.2025
Controladas da Companhia						
Fundo Invest.Imobiliário FCM	(12)	(18)	-	6	266	310
Vibra Trading B.V.	27	(3)	-	-	149	678
VBBR Conveniência	7	7	139	143	218	220
Vibra Trading Importação e Exportação Ltda.	2	(14)	-	-	69	100
Vibra Ventures	-	-	-	-	5	-
Vibra Argentina	15	-	21	-	-	-
Comerc Participações S.A.	-	-	2	12	-	-
Nexway Com. e Prest. Serv.	-	-	5	-	-	-
Risel Combustíveis Ltda.	-	-	13	14	-	-
Coesa Transportes	-	-	-	1	-	-
Repelub Revendedora de Petróleo	-	-	10	15	-	-
Outros	-	-	1	-	-	-
	39	(28)	191	191	707	1.308
Empreendimentos controlados em conjunto da Companhia						
Evolua	-	-	-	-	-	480
Navegantes	1	1	37	64	-	-
Nordeste I	-	-	10	9	-	1
	1	1	47	73	-	481
Total	40	(27)	238	264	707	1.789

31.1.2 Por operação

	Consolidado			Controladora		
	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo
Resultado						
Receitas	15			15		
Variações monetárias e cambiais líquidas	-			24		
Receitas (despesas) financeiras líquidas	17			(3)		
Outras receitas e despesas	-			4		
Ativo						
Contas a receber (nota 7)		5			191	
Dividendos		7			1	
Debêntures		378			-	
Outros ativos realizáveis a curto prazo		43			-	
Outros ativos realizáveis a longo prazo		46			46	
Passivo						
Fornecedores			8			239
Outras contas e despesas a pagar			-			217
Arrendamentos			-			251
Em 31.03.2026	32	479	8	40	238	707
Janeiro a março/2025	34			(27)		
Em 31.12.2025		504	487		264	1.789

Em 31 de março de 2026, as compras de derivados de petróleo realizadas com a controlada Trading BV totalizam R\$ 389 (R\$ 103 em 31 de março de 2025) e com a controlada Vibra Trading Importação e Exportação Ltda totalizam R\$ 1.802 (R\$ 1.281 em 31 de março de 2025). Em 31 de março de 2026 as compras de álcool anidro e hidratado com a ECE (Evolua Etanol) totalizaram R\$ 2.536 (R\$ 1.316 em 31 de março de 2025).

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Em 31 de março de 2026, as compras de energia da Comerc com a Newcom Comercializadora totalizaram R\$23 milhões.

Em 31 de março de 2026, a Companhia possui garantias prestadas a favor da Trading BV para as operações de compras realizadas por esta controlada até o montante de USD 960 milhões (USD 1 bilhão em 31 de março de 2025). Adicionalmente, a Companhia é garantidora de empréstimos obtidos pela Trading BV pelo montante de USD 30 milhões (USD 80 milhões em 31 de março de 2025), além de garantias do tipo CSP – Credit Support Provider no valor de USD 50 milhões (USD 50 milhões em 31 de março de 2025) e Garantia Futures no valor de USD 13 milhões (USD 2 milhões em 31 de março de 2025).

Em 31 de março de 2026, a Companhia possui garantias corporativas prestadas em favor da Comerc Energia no montante de R\$ 238 (R\$ 204 em 31 de março de 2025).

Em 31 de março de 2026, a Companhia possui Garantia *Futures* prestada em favor da Vibra Trading Importação e Exportação Ltda no montante de USD 51 (R\$ 8 em 31 de março de 2025). Adicionalmente a Companhia possui garantias prestadas a favor da Vibra Trading Importação e Exportação Ltda para as operações de compras realizadas por esta controlada até o montante de USD 130 milhões.

Em 31 de março de 2026, a Companhia possui mútuo de R\$ 37 com a Navegantes Logística Portuária S.A (R\$ 67 em 31 de dezembro de 2025) e de R\$ 9 para Nordeste Logística I S.A (R\$ 9 em 31 de dezembro de 2025).

Vibra Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

31.2 Remuneração da administração da Companhia

As remunerações totais dos membros do conselho de administração e da diretoria executiva da Companhia são apresentadas a seguir:

	Controladora							
	Período de três meses findos em 31 de março de							
	2026				2025			
	Diretoria Executiva (Estatutários)	Conselho de Administração	Demais membros de comitês estatutários	Total	Diretoria Executiva (Estatutários)	Conselho de Administração	Demais membros de comitês estatutários	Total
Benefícios								
Curto prazo	9,8	2,9	0,2	12,9	9,0	2,5	0,2	11,7
Pós-emprego	0,3	-	-	0,3	0,3	-	-	0,3
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	0,9	-	-	0,9	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	15,2	2,5	-	17,7	5,1	0,9	-	6,0
Total	26,2	5,4	0,2	31,8	14,4	3,4	0,2	18,0

Em 31 de março de 2026, a Companhia mantinha seis membros na Diretoria Executiva (seis membros em 31 de março de 2025) e sete membros no Conselho de Administração (sete membros em 31 de março de 2025).

No consolidado a despesa com os honorários de diretores e conselheiros totalizou R\$ 40 (R\$ 32 em de 31 de março de 2025).

Notas explicativas às demonstrações contábeis

*(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)***32 Informações adicionais às demonstrações dos fluxos de caixa**

	Consolidado		Controladora	
	31.03.2026	31.03.2025	31.03.2026	31.03.2025
Transações de investimentos e financiamentos que não envolvem caixa				
Arrendamentos	64	80	63	77
Valores retidos Combinação de negócios	-	92	-	92
Aporte em participações societárias não liquidadas	5	-	5	-
Outras transações				
Utilização de depósito judicial para pagamento de processos judiciais	4	23	4	23

A Companhia adota a prática de apresentar os juros pagos como atividade de financiamento e os dividendos recebidos como atividade de investimento na demonstração dos fluxos de caixa.

Os adiantamentos a fornecedores relacionados à aquisição de ativos imobilizados estão classificados como atividade de investimento na demonstração dos fluxos de caixa, sendo apresentados na linha “Desembolsos por aquisições de imobilizados e intangíveis”, no montante de R\$ 2 em 31 de março de 2026, tanto no consolidado quanto na controladora.

33 Evento Subsequente

Emissão de Debêntures e Destinação dos Recursos - Comerc

Em 04 de maio de 2026, a Comerc celebrou a escritura de emissão da 7ª (sétima) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, no valor total de R\$ 1.420.

As debêntures foram objeto de colocação privada e integralmente subscritas e integralizadas em 05 de maio de 2026 pela controladora Vibra.

Os recursos captados com a referida emissão serão utilizados, única e exclusivamente, para o resgate antecipado das debêntures da 6ª (sexta) emissão de debêntures da Companhia, conforme aviso aos debenturistas divulgado em 28 de abril de 2026. Caso remanesça eventual saldo residual após a quitação integral da 6ª emissão, este será destinado ao reforço de caixa e ao desenvolvimento das atividades operacionais da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

*(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)***Correlação entre as notas explicativas de 31 de dezembro de 2025 e 31 de março de 2026**

Títulos das notas explicativas	Número das notas explicativas	
	Anual de 2025	1º ITR-2026
Considerações gerais	1	1
Base de preparação das demonstrações contábeis	2	2
Uso de estimativas e julgamentos	3	3
Políticas contábeis materiais	4	4
Novas normas	5	-
Caixa e equivalentes de caixa	6	5
Caixa e aplicações restritas	7	6
Contas a receber, líquidas	8	7
Estoques	9	8
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	10	9
Ativos não circulantes mantidos para venda	11	10
Investimentos	12	11
Imobilizado	13	12
Intangível	14	13
Fornecedores	15	14
Financiamento de fornecimento de produto	-	15
Empréstimos e financiamentos	16	16
Arrendamentos	17	17
Tributos	18	18
Salário, férias, encargos, prêmios e participações	19	19
Benefícios concedidos a empregados	20	20
Provisão para crédito de descarbonização (CBIO)	21	21
Patrimônio líquido	22	22
Receita de vendas	23	23
Custo e despesas por natureza	24	24
Resultado financeiro, líquido	25	25
Informações por segmento	26	26
Processos judiciais, administrativos, depósitos judiciais e contingências	27	27
Compromissos contratuais	28	28
Instrumentos financeiros	29	29
Gerenciamento de riscos	30	30
Partes relacionadas	31	31
Informações adicionais às demonstrações do fluxo de caixa	32	32
Evento Subsequente	33	33

As notas explicativas do relatório anual de 2025 que foram suprimidas no ITR de 30 de março de 2026 pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não ser aplicável às demonstrações contábeis intermediárias são as seguintes:

Títulos das notas explicativas	Número das notas explicativas
Novas normas	5
Informações contábeis resumidas	12.1
Descrição das atividades das controladas	12.2
Descrição das atividades dos empreendimentos controlados em conjunto	12.3
Imposto de renda e contribuição social diferidos / Estimativa de realização	18.3.2
Premissas atuariais adotadas no cálculo	20.2.3
Análise de sensibilidade	20.2.4
Perfil de vencimento da obrigação	20.2.5
Reservas de lucros	22.3
Ajustes de avaliação patrimonial	22.6

Vibra Energia S.A

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras Intermediárias e sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, o presidente e os diretores da Vibra Energia S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Correia Vasques, 250, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ sob nº 34.274.233/0001-02, declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias da Companhia no período findo em 31 de março de 2026;

(ii) reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda., relativamente às demonstrações contábeis intermediárias da Companhia no período findo em 31 de março de 2026.

Rio de Janeiro, 6 de maio de 2026.

ERNESTO PERES POUSADA JUNIOR

Presidente

MAURICIO FERNANDES TEIXEIRA

Diretor Vice-Presidente Executivo Financeiro e Relação com Investidores

JULIANO JUNQUEIRA DE ANDRADE PRADO

Diretor Vice-presidente Executivo de Comercial B2B

DANIEL DRUMOND CAMPOS E SILVA

Diretor Vice-presidente Executivo de Operações

VANESSA PEDREIRA DE FREITAS GORDILHO

Diretora Vice-presidente Executiva de Comercial Varejo

MARCELO FERNANDES BRAGANÇA

Diretor Vice-presidente Executivo e CEO de Lubrificantes

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

SÉRGIO AGAPITO LIRES RIAL

Presidente

CLÁUDIO ANTONIO GONÇALVES

Conselheiro

FABIO SCHVARTSMAN

Conselheiro

MARCEL JUVINIANO BARROS

Conselheiro

MATEUS AFFONSO BANDEIRA

Conselheiro

NILDEMAR SECCHES

Conselheiro

WALTER SCHALKA

Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

ERNESTO PERES POUSADA JUNIOR

Presidente

MAURICIO FERNANDES TEIXEIRA

Diretor Vice-Presidente Executivo Financeiro e Relação com Investidores

JULIANO JUNQUEIRA DE ANDRADE PRADO

Diretor Vice-presidente Executivo de Comercial B2B

DANIEL DRUMOND CAMPOS E SILVA

Diretor Vice-presidente Executivo de Operações

VANESSA PEDREIRA DE FREITAS GORDILHO

Diretora Vice-presidente Executiva de Comercial Varejo

MARCELO FERNANDES BRAGANÇA

Diretor Vice-presidente Executivo e CEO de Lubrificantes

CONTADOR

LUÍS CLÁUDIO SACRAMENTO BISPO

Contador - CRC - RJ – 077.292/O-2



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Conselheiros e Acionistas da
Vibra Energia S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Vibra Energia S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao período findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 06 de maio de 2026

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Juliana Ribeiro de Oliveira

Contador CRC RJ-095335/O-0